

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: Matérias que citam o ministro Fernando Coelho Filho ou o MME:

O Globo

Título: Privatização da Eletrobras coloca em risco obra de Angra 3	4
Título: Um governo errático	14

O Estado de S. Paulo

Título: Governo quer leiloar 4 usinas da Cemig	20
Título: Nota	20

Folha de S. Paulo

Título: Governo inclui Congonhas, Casa da Moeda e usina da Cemig em lista de concessões	29
Título: Privatização da Eletrobras não responde aos desafios do setor elétrico	34
Título: Gilmar Mendes age como quem pode desafiar e desacatar o que quiser	37

Correio Braziliense

Título: Privatização pode gerar investimento de R\$ 44 bi	39
---	----

Valor Econômico

Título: Matemática desafia queda na conta de luz	60
Título: Eletrobras privada reforça tarifa realista em novas usinas, diz EPE	52
Título: Temer libera área do tamanho da Suíça para exploração mineral na Amazônia	50

Sumário

VEÍCULO: O Globo.....	4
Título: Privatização da Eletrobras coloca em risco obra de Angra 3	4
Título: Leilão até na Amazônia	7
Título: ‘Decisão é uma catástrofe anunciada’	10
Título: Prévia da inflação oficial tem alta de 0,35% em agosto	11
Título: Dólar cai a R\$ 3,144 após vitória do Planalto	12
Título: União amplia privatizações a 57 projetos	13
Título: Poder em jogo	14
Título: Um governo errático	14
Título: A Eletrobras é de quem mesmo?	15
Título: Por que políticos não gostam de privatizações	17
Título: Rachadura em barragem é alvo de disputa em Santa Catarina	19
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo.....	20
Título: Governo quer leiloar 4 usinas da Cemig	20
Título: Nota	20
Título: Venda da Eletrobrás tem resistências	20
Título: Petrobrás anuncia afastamento do diretor de governança	22
Título: Reserva na Amazônia é extinta	23
Título: SP tira o ‘3º dígito’ dos combustíveis	24
Título: Governo amplia programa de concessões e prevê arrecadar R\$ 40 bi	25
Título: Notas	26
Título: Questão multibilionária	26
Título: A qualidade da oposição	28
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	29
Título: Governo inclui Congonhas, Casa da Moeda e usina da Cemig em lista de concessões	29
Título: Presidente da Eletrobras afirma que governo manterá fatia 'importante'	32

Título: Privatização da Eletrobras não responde aos desafios do setor elétrico	34
Título: Petrobras pode ter alívio em disputa bilionária	35
Título: Gilmar Mendes age como quem pode desafiar e desacatar o que quiser	37
VEÍCULO: Correio Braziliense	38
Título: Governo extingue reserva nacional	38
Título: Privatização pode gerar investimento de R\$ 44 bi	39
Título: Estratégia para acalmar investidor	41
Título: Combustível pressiona IPCA-15	42
Título: Estado mais leve	44
VEÍCULO: Valor Econômico	45
Título: Privatizar é bom, mas olhando apenas o caixa vira um perigo	45
Título: ANP aprova inscrição de mais sete petroleiras na 14ª rodada	46
Título: Decisão do STF começa a afetar a receita	48
Título: Temer libera área do tamanho da Suíça para exploração mineral na Amazônia	50
Título: Eletrobras privada reforça tarifa realista em novas usinas, diz EPE	52
Título: Eletrobras tem R\$ 64 bi de contingências	54
Título: Investigações da Lava-Jato podem afetar companhia	55
Título: Sem venda de ações existentes, União terá controle minoritário	57
Título: Grandes consumidores apoiam privatização da Eletrobras	58
Título: Aneel refuta crítica de que a agência prejudica a estatal	59
Título: Matemática desafia queda na conta de luz	60
Título: Fibria antecipa em três semanas o início da produção de nova linha em Mato Grosso do Sul	61
Título: Curtas	62
Título: Política da era Dilma leva usinas à Justiça	63
Título: Importação de etanol terá cota até 2019	65
Título: De olho no passado	66
Título: Privatização da Eletrobras pode destravar IPO da BR	66
Título: Dono do banco Clássico chega a ganhar R\$ 1 bi com elétricas	67

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia****Autor:****Título: Privatização da Eletrobras coloca em risco obra de Angra 3**

Eletronuclear deve acelerar busca por sócio privado. Usina ainda precisa de R\$ 17 bi para ser concluída

Ramona Ordoñez, Glaucé Cavalcanti, Manoel Ventura, Bárbara Nascimento e Janaina Lage

A decisão de separar a Eletronuclear de sua controladora, a Eletrobras, que será privatizada, coloca em risco a conclusão das obras da usina nuclear de Angra 3 e, em última instância, o avanço do projeto nuclear brasileiro. Segundo especialistas, pode ficar mais difícil financiar Angra 3, empreendimento que começou a ser construído em 1984, tinha orçamento original de R\$ 9,9 bilhões, mas que agora ainda depende de R\$ 17 bilhões para concluir a obra. Diante da escassez de recursos e do custo bilionário para desmobilizar o projeto após 33 anos, a Eletronuclear busca parceiros privados para finalizar a construção. A Eletronuclear já assinou um memorando de entendimento com a China National Nuclear Corporation (CNNC) para análise das características do empreendimento e deve firmar, em breve, acordo com a russa Rosatom. Caso cheguem a um consenso, o sócio privado entraria com investimentos de R\$ 13 bilhões. Caberia à Eletronuclear arcar com os R\$ 4 bilhões restantes. Segundo um executivo próximo à estatal, o anúncio da separação da Eletronuclear e da Eletrobras, cujos termos ainda não foram definidos pelo governo, poderia contribuir para agilizar as negociações em curso: — O prazo fica mais apertado. O anúncio pode até acelerar as negociações com parceiros privados. Se em setembro o governo federal decidir pela retomada das obras, tem de se fechar a parceria até o fim do ano para que a usina fique pronta em 2024.

TARIFA QUE NÃO COMPENSA PROJETO

A obra enfrenta problemas em série. A construção está paralisada desde setembro de 2015 por envolvimento do projeto nos escândalos de corrupção revelados pela Operação Lava-Jato. A retomada de Angra 3 depende ainda da aprovação do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE). Mesmo que um sócio privado estrangeiro arque com os custos de conclusão da obra, a operação da usina ficaria a cargo da Eletronuclear. Segundo a estatal, depois que for assinado o contrato é necessário um período de seis meses para mobilização de pessoal e preparação de canteiro. No primeiro semestre, o balanço da Eletrobras inclui um impairment (baixa contábil) de R\$ 485 milhões referente a Angra 3. Segundo Aquilino Senra, professor de Engenharia Nuclear da Coppe/UFRJ, a

separação das empresas pode ter impacto financeiro. — A Eletrobras tem um papel importante na articulação junto ao governo federal. Existem outras áreas, porém, que estão fora do âmbito da companhia, como a construção do reator de propulsão naval da Marinha — explica Senra. Especialistas afirmam que é difícil compreender como a Eletronuclear terá fôlego para tocar os empreendimentos sem o suporte da Eletrobras. No governo anterior, havia propostas de expansão do parque nuclear, com a construção de ao menos uma outra central nuclear no Nordeste. Os projetos, porém, ficaram em compasso de espera.

— A Eletronuclear representa uma questão constitucional. As usinas nucleares são de responsabilidade da União. A empresa desagregaria valor ao negócio. Da maneira que está hoje, é um ativo oneroso. Mas o que vai acontecer quando a Eletrobras perder o controle sobre as empresas? A receita de Angra 1 e Angra 2 é mais que suficiente para manter as usinas. A dificuldade é ter recursos para concluir Angra 3 — afirma Olga Simbalista, presidente da Associação Brasileira de Energia Nuclear (Aben). Por sua vez, o presidente da Associação Brasileira para Desenvolvimento de Atividades Nucleares (Abdan), Celso Cunha, observa que o momento atual é de indefinição sobre o futuro da energia nuclear no país. — Existe grande indefinição sobre o futuro da energia nuclear, que dependerá das decisões que virão com o novo marco regulatório para o setor. É preciso resolver Angra 3 pois, sem ela, a Eletronuclear é superavitária. Como está, sozinha não se sustenta — diz Celso Cunha ao lembrar que parar as obras exigiria cerca de R\$ 12 bilhões. Mesmo antes da discussão sobre privatizar a Eletrobras, já havia dificuldade para viabilizar Angra 3.

Segundo fonte próxima à estatal, Angra 3 vem causando elevados prejuízos que são repassados por meio de baixas contábeis para a Eletrobras. Para viabilizar a usina, seria necessário aumentar a tarifa de Angra 3, fixada em R\$ 240 o megawatt/hora (MWh). Segundo a fonte, o valor não remunera o projeto, e aumentar a tarifa de Angra 3 já faz parte das negociações com potenciais parceiros. — Se não aumentar o valor da tarifa da usina, Angra 3 não tem jeito, nem mesmo se conseguir parceiros. Com essa tarifa, ela não é rentável. Os atrasos na obra geraram custos muito altos — destacou. Diante do quadro de incerteza, Senra teme que o governo mire em seguida no monopólio de urânio. O país tem a sétima maior reserva do mundo. — Temo que as mudanças estejam só começando. Isso pode ter impacto na transferência de tecnologia ao país — disse. Em Brasília, o governo ainda discute os detalhes da privatização da Eletrobras. Segundo o **ministro de Minas e Energia Fernando Coelho Filho**, só haverá venda de ações da União na privatização da empresa se a diluição da participação do governo não for suficiente para a perda de controle da estatal.

O modelo em estudo dentro do governo para a venda da holding prevê que a estatal faça uma oferta de ações na Bolsa, como forma de levantar recursos para pagar ao governo pelas 14 usinas hidrelétricas que foram transferidas à União em

2012, como resultado da medida provisória 579, que buscava reduzir a conta de luz e desarrumou as contas da Eletrobras. Dessa forma, o dinheiro entraria no caixa da União, que perderia o controle da empresa, porque não vai comprar as ações. — A ideia que foi colocada aqui no Conselho é que, inicialmente, não tenha venda de nenhuma ação (da Eletrobras) por parte da União, do BNDES e dos fundos (de pensão). Porém, se a diluição de capital por emissão de novas ações não for suficiente para a perda do controle, podemos, sim, colocar algumas ações à venda, mas não é essa a proposta inicial — disse o ministro.

MODELO DEVE SER ANUNCIADO NA PRÓXIMA SEMANA

O único modelo de venda da Eletrobras pelo qual o governo consegue levantar recursos para cobrir o rombo nas contas públicas é o que prevê o pagamento à União pelas outorgas das usinas, após a empresa levantar recursos no mercado. De acordo com Coelho Filho, a modelagem da privatização deve ser anunciada até início da próxima semana. Mais cedo, o ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira, explicou que a ideia do governo é estabelecer uma modelagem de venda da Eletrobras que pulverize o controle. Ou seja, não deve ser permitido que um único grupo adquira a maioria das ações, a exemplo do que ocorreu com a Vale: — A ideia é democratizar o controle.

PARAGUAI AGUARDA INFORMAÇÃO SOBRE USINA

BUENOS AIRES- O governo do Paraguai, sócio do Brasil na Usina Hidrelétrica de Itaipu, acompanha as informações sobre o processo de privatização da Eletrobras pelos meios de comunicação e ainda não recebeu qualquer comunicação do governo brasileiro sobre o assunto. O governo Michel Temer decidiu privatizar a Eletrobras, mas a usina binacional não será privatizada. Segundo disse ao GLOBO o ministro das Relações Exteriores paraguaio, Eladio Loizaga, o assunto não foi discutido pelos presidentes Temer e Horacio Cartes, no encontro realizado segunda-feira passada em Brasília. O Paraguai espera que “diante de qualquer processo de venda ou incorporação de uma empresa privada, o Brasil informe qual será a figura jurídica que será utilizada em relação ao Tratado de Itaipu” (que estabeleceu a criação da represa hidroelétrica binacional).

— O tratado não fala sobre a abertura a empresas privadas, teríamos de conversar sobre isso — disse o chanceler paraguaio. De acordo com o governo Temer, a situação de Itaipu “será analisada em função dos acordos bilaterais com o Paraguai”. Em Assunção, a falta de informação é total. — Queremos ter mais informações, só estamos sabendo o que foi publicado na mídia — afirmou Loizaga. Há vários anos, o Paraguai pede ao Brasil que autorize a venda de seu excedente de energia elétrica em Itaipu a preço de mercado. Na opinião do chanceler paraguaio, “uma mudança na Eletrobras poderia abrir a porta para algo que estamos solicitando há bastante tempo”. — Cartes e Temer não

mencionaram o assunto. Falaram, apenas, da produção recorde de Itaipu — disse Loizaga. (Janaína Figueiredo, correspondente)

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Manoel Ventura, Lucianne Carneiro e Ronaldo D'ércole

Título: Leilão até na Amazônia

Governo libera área protegida do tamanho da Dinamarca para extração de ouro e minerais.

Depois de mais de 30 anos fechada à atividade de mineração, uma imensa área da Amazônia rica em ouro poderá ser explorada pela iniciativa privada. Por meio de um decreto publicado no Diário Oficial da União, o presidente Michel Temer extinguiu a Reserva Nacional de Cobre e Associados (Renca), criada em 1984, durante a ditadura militar. Com isso, uma região de cerca de 47 mil quilômetros quadrados entre o Pará e o Amapá está liberada para extração de ouro e outros minerais nobres. O Ministério de Minas e Energia afirma que áreas protegidas da floresta e reservas indígenas não serão afetadas. A reserva do cobre foi criada por meio de um decreto assinado pelo presidente militar João Figueiredo, que impediu a exploração mineral na mata. A área fechada tem o tamanho equivalente ao do estado do Espírito Santo ou pouco mais do que o da Dinamarca.

O plano dos militares era explorar, por meio de uma estatal, jazidas de cobre na região. Essa intenção, no entanto, não saiu do papel. A expectativa do governo é, agora, iniciar os leilões das áreas para as empresas interessadas em explorar a região. No entanto, o governo federal ainda não detalhou como será a entrada de mineradoras na área. No decreto, o governo destaca que a extinção da Renca “não afasta a aplicação de legislação específica sobre proteção da vegetação nativa, unidades de conservação da natureza, terras indígenas e áreas em faixa de fronteira”. Apesar de ter cobre no nome, a reserva é rica sobretudo em ouro, mas também em tântalo, minério de ferro, níquel, manganês e outros minerais. Não há informações sobre o tamanho dos depósitos. Mas a avaliação do Ministério de Minas e Energia é que a área pode despertar a atenção de mineradoras de todo o planeta.

INTERESSE DE EMPRESAS DE QUATRO PAÍSES

Sem mineração, a área reúne florestas protegidas e terras indígenas. Por isso, a liberação da região para as mineradoras preocupa ambientalistas. A área engloba nove áreas protegidas: o Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque, as Florestas Estaduais do Paru e do Amapá, a Reserva Biológica de Maicuru, a Estação Ecológica do Jari, a Reserva Extrativista Rio Cajari, a Reserva de

Desenvolvimento Sustentável do Rio Iratapuru e as Terras Indígenas Waiãpi e Rio Paru d’Este. — O decreto é o maior ataque à Amazônia dos últimos 50 anos. Nem a ditadura militar ousou tanto. Nem a Transamazônica foi tão ofensiva. Nunca imaginei que o governo tivesse tamanha ousadia — disse o senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP), que apresentou projeto de decreto legislativo para sustar a autorização para explorar minérios na região e pretende entrar com ação popular contra a medida na Justiça Federal do Amapá. Para o deputado Valdir Colatto (PMDB-SC), a medida pode garantir desenvolvimento para a região, desde que respeitados os limites legais relativos às áreas indígenas e ambientais:

— Acho que é preciso controle na produção e na exportação. É um escândalo o que acontece no Brasil, em que nossos minerais são enviados ao exterior sem qualquer controle. O Ministério de Minas e Energia assegurou que a extinção da Renca não vai permitir a exploração em áreas protegidas. “O objetivo da medida é atrair novos investimentos, com geração de riquezas para o país e de emprego e renda para a sociedade, pautando-se sempre nos preceitos da sustentabilidade. Acredita-se que a medida poderá auxiliar no combate aos garimpos ilegais instalados na região”, disse a pasta. Já o Ministério do Meio Ambiente afirmou, em nota, que o decreto de Temer não afeta as unidades de conservação existentes na região: “qualquer empreendimento que possa impactar as unidades de conservação é passível de procedimento de licenciamento específico, o que garante a manutenção dos atributos socioambientais das áreas protegidas”. Especialistas em mineração e legislação ambiental veem uma série de pontos que podem levar a disputas judiciais. Pedro Garcia, sócio da área de mineração do escritório Veirano Advogados, observa que a suspensão da reserva é parte do processo de revitalização do setor no país, iniciado em 2012.

E complementa três medidas provisórias baixadas pelo governo há menos de um mês. De acordo com Garcia, nesses anos todos, muitas empresas apresentaram requerimentos ao Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) para pesquisar áreas na reserva, e as novas medidas baixadas pelo governo estabelecem que esses requerimentos ficam invalidados. Requerimentos anteriores a 1984, porém, continuam valendo. — O que acontece é que algumas empresas que tiveram requerimentos invalidados agora podem contestar judicialmente esses cancelamentos — diz o advogado, acrescentando que todas as grandes mineradoras do mundo têm interesse na região, particularmente companhias de países como Estados Unidos, Canadá, Austrália e África do Sul. O advogado ressalta que a empresa interessada terá de lidar com Ibama, Instituto Chico Mendes e autoridades estaduais como a Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Pará. Tatiana Cymbalista, sócia da área ambiental do escritório Manesco Advogados, diz que, nas unidades de conservação integral, não é permitida qualquer forma de atividade econômica, inclusive mineração:

— Há também unidades de conservação sem proteção integral, florestas estaduais, menos protegidas, mas também reservas biológicas, mais protegidas. E cada uma dessas áreas está sujeita a um regime diferente. Mesmo em áreas que permitem atividade, a mineração pode ser vetada. Há zonas cinzentas entre as áreas de conservação no que se refere à mineração que terão de ser resolvidas. Presidente do Conselho Consultivo da Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa Mineral (ABPM), Elmer Prata Salomão diz que a extinção da reserva “veio em boa hora e é uma coisa positiva”. Segundo ele, a reserva foi criada de forma inconsistente durante a ditadura, numa área que deveria ser destinada à mineração. Salomão afirma, ainda, que as áreas protegidas não serão afetadas e argumenta que esta é “uma preocupação indevida”. — Esta reserva era um entulho autoritário. Sua extinção é uma coisa positiva, veio em boa hora. Essas medidas abrem espaço para a mineração e para investimentos. No caso de exploração, as áreas protegidas serão totalmente respeitadas. Não tem nenhum sentido (preocupação sobre áreas protegidas). É conversa fiada. Para minerar, uma empresa terá que cumprir todas as exigências das licenças ambientais.

RISCO DE FALTA DE FISCALIZAÇÃO

Salomão apontou que tragédias como a de Mariana devem servir como alertas para evitar novos episódios, mas defendeu a continuidade das operações: — Quando cai um avião, a primeira coisa que se deve fazer é buscar as razões. Ninguém pede para cassar a licença da Air France ou da TAM. Mariana é uma tragédia, claro, a gente fica preocupado. Mas temos que encontrar razões para o que aconteceu. E há razões divididas entre a empresa e o Estado, que não fiscalizou. Para Cassandra Oliveira, analista ambiental do Instituto Chico Mendes — órgão ligado ao Ministério do Meio Ambiente —, o fim da reserva é uma ameaça e abre espaço especialmente para a exploração mineral em grande escala:

— A ameaça é que atividades de grande impacto sejam realizadas sem o devido acompanhamento nem a participação da população local. Existe muita fragilidade. A vida que é extinta na área de mineração também é extinta no seu entorno. Apesar da informação inicial de que as unidades de conservação e as terras indígenas serão preservadas, ela vê com preocupação possíveis impactos, que se estendem desde o desmatamento até a degradação dos cursos d’água. Além disso, diz que ainda não há clareza sobre como seriam as concessões: — O que se fala é que as áreas protegidas não teriam exploração, mas o que preocupa é que a área de maior potencial mineral está sobreposta a essas áreas protegidas. Colaborou Eliane Oliveira

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia****Autor: Lucianne Carneiro****Título: 'Decisão é uma catástrofe anunciada'**

Corpo a corpo - MICHEL DE SOUZA

Para coordenador do WWF, corrida pela exploração pode gerar conflitos na região

Coordenador de políticas públicas do WWF Brasil, Michel de Souza diz que a extinção da Reserva Nacional de Cobre e Associados (Renca) coloca em risco as nove áreas protegidas que estão dentro dos limites da reserva.

Qual é o significado da extinção da reserva?

Fazer esse tipo de movimento, de forma açodada, sem discussão, é muito perigoso. A área da reserva reúne nove áreas protegidas, incluindo unidades de conservação e terras indígenas. É um risco enorme para essas áreas. A Floresta Amazônica é nosso maior ativo. Neste momento de desespero e de crise, estão colocando em risco as áreas protegidas que se encontram dentro da reserva.

Como vê a escolha do governo de fazer isso por decreto?

É um risco tremendo dar esse tipo de sinalização por decreto, sem discutir com a sociedade. Abrir a reserva sem transparência nos preocupa muito. Por que um decreto? Por que isso não foi feito via projeto de lei, que exige audiência pública? A gente sabe a importância da mineração para a economia brasileira, mas é preciso saber o risco envolvido. Especialmente no momento em que se tenta também enfraquecer as regras de licenciamento ambiental.

Quais podem ser as consequências?

A corrida pela exploração pode gerar conflitos na região. Imagina um cenário de corrida ao ouro, qual pode ser o impacto? Pode haver uma corrida para a região. Como garantir que mesmo a exploração fora das áreas protegidas não traga consequências para o ambiente e para os povos da floresta? A decisão é uma catástrofe anunciada. Temos vários exemplos de contaminação mineral. Um rio contaminado coloca em risco os povos da floresta que vivem do consumo de peixe.

Que tipo de exploração mineral pode ocorrer?

É possível ter tanto a mineração em pequena escala, em garimpos, como grandes grupos internacionais. Mas como garantir que as grandes empresas de mineração sigam acordos de cooperação dos quais o Brasil não é signatário? Esses acordos preveem regras mais modernas de exploração, a gente sabe do altíssimo impacto da mineração. Mas como saber se as empresas vão cumprir no Brasil regras que seguem em seus países de origem? Há sempre o risco de tragédias como a de Mariana. ()

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor:

Título: Prévia da inflação oficial tem alta de 0,35% em agosto

Taxa acumulada em oito meses tem a menor variação desde 1994 e fecha em 1,79%

Após registrar deflação em julho, o Brasil voltou a ter alta de preços, informou o IBGE ontem. Em agosto, o IPCA- 15, prévia oficial da inflação ficou em 0,35% — o segundo maior resultado do ano, atrás apenas do mês de fevereiro (0,54%). Mesmo assim, o resultado no ano teve a menor variação acumulada até agosto desde 1994 e fechou em 1,79%. No acumulado em 12 meses, o indicador também registrou baixa e fechou em 2,68% — taxa inferior aos 2,78% registrados nos 12 meses imediatamente anteriores. Essa queda representa a menor variação acumulada em períodos de 12 meses desde março de 1999 (2,64%). (...)

Se, no mês anterior, a taxa foi puxada para baixo por uma deflação no preço dos alimentos e combustíveis e registrou taxa negativa de 0,18% — a mais baixa em 19 anos —, agora a deflação dos alimentos não foi suficiente para segurar a alta, puxada pelos grupos Transportes (1,35%) e Habitação (1,01%). Eles têm os maiores impactos no índice do mês : 0,24 ponto percentual e 0,15 ponto percentual, respectivamente. Dentro de Transportes, os combustíveis foram os principais responsáveis pela alta, já que o aumento das alíquotas do PIS/Cofins sobre gasolina, álcool e etanol representou uma alta de 5,96%. Isso porque, de um mês para o outro, a gasolina ficou em média 6,43% mais cara, e o etanol subiu 5,36%.

ENERGIA ELÉTRICA VOLTA A PESAR

No grupo Habitação, o acionamento da bandeira tarifária vermelha, que prevê uma cobrança adicional de R\$ 0,03 a cada quilowatt-hora (kWh) consumido, desde o início do mês, ajudou a pressionar a taxa da energia elétrica, que teve a maior alta e ficou em 4,27%. Com 25% de participação na despesa das famílias, o grupo de Alimentação e Bebidas novamente apresentou deflação. A variação de

-0,65% exerceu o mais intenso impacto negativo, de -0,16 ponto percentual. Este é o terceiro mês consecutivo que o grupo Alimentação e Bebidas apresenta variação negativa na média geral de preços.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Rennan Setti

Título: Dólar cai a R\$ 3,144 após vitória do Planalto

TLP ajudou a valorizar real. Já Bolsa sobe 0,66%, e Eletrobras recua 11%

O mercado reagiu bem à aprovação da Taxa de Longo Prazo (TLP), ontem, na comissão especial que discute o assunto no Congresso Nacional. Após a vitória do governo por 17 votos favoráveis a seis, o dólar comercial acentuou a desvalorização que registrava desde o início da sessão, fechando em queda de 1,1% frente ao real, cotado a R\$ 3,144 para a venda. A TLP muda toda a sistemática dos juros dos empréstimos do BNDES, diminui os subsídios e aumenta o poder de fogo do Banco Central no combate à inflação. — Na terça-feira, no fim do pregão, a discussão no plenário acabou levando à suspensão da sessão de votação da TLP, e o dólar subiu por causa disso. Ontem, a votação finalmente aconteceu, e o resultado foi próximo ao que o governo esperava, mostrando facilidade da base aliada para aprovar os projetos. Daí esse movimento de queda do dólar — explicou Vitor Suzaki, analista da Lerosa Investimentos. Já o índice de referência da Bolsa, o Ibovespa, fechou em alta de 0,66%, aos 70.477 pontos.

As ações ordinárias (com direito a voto) da Eletrobras registraram queda de 11,03%, cotadas a R\$ 18,86, depois de terem seu melhor desempenho na História na véspera, disparando mais de 49% após o anúncio de que a estatal será privatizada pelo governo. Os papéis preferenciais encerraram em queda de 9,19%, valendo R\$ 21,40. Segundo analistas que acompanham o mercado, o movimento de correção de preços é natural após uma alta tão intensa. Na agenda doméstica, também foi destaque a prévia da inflação oficial, divulgada ontem. Em agosto, o Índice de Preços ao Consumidor Amplo- 15 (IPCA-15) ficou em 0,35% — o segundo maior resultado do ano, atrás apenas do mês de fevereiro (0,54%). Mesmo assim, o resultado foi abaixo do esperado pelos analistas, e, no ano, o índice teve a menor variação acumulada até agosto desde 1994, de 1,79%.

CEMIG TEM ALTA COM BNDES

O Banco do Brasil fechou em alta de apenas 0,06%, enquanto a Petrobras teve resultado misto, avançando 0,06% nas ON, mas caindo 0,21% nas PN. A Cemig registrou valorização de 0,81%, reagindo à notícia de que a diretoria da empresa mineira se reuniu com representantes do BNDES em busca de um empréstimo de

R\$ 6,2 bilhões. Segundo interlocutores que participaram da reunião, o BNDES estaria disposto a buscar uma solução para financiar a empresa diretamente ou via BNDESPar. A companhia busca levantar recursos para renovar os contratos de três usinas hidrelétricas que o governo federal quer leiloar. A estatal pressiona a União para ter preferência a ficar com esses ativos, mas a equipe econômica insiste em fazer uma concorrência com vários agentes privados, na qual espera obter pelo menos R\$ 11 bilhões para conseguir fechar as contas de 2017. A Copel subiu 0,74%. O Itaú Unibanco, ação de maior peso no Ibovespa, subiu 1,08%, enquanto a Vale registrou valorização de 2,13% (ON) e 1,58% (PNA).

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Geralda Doca, Manoel Ventura e Eduardo Barretto

Título: União amplia privatizações a 57 projetos

Governo confirma leilão do aeroporto de Congonhas e de mais 13 terminais, além da Casa da Moeda

O governo anunciou ontem um grande pacote de privatização de empreendimentos, ampliando para 57 o número de ativos federais a serem leiloados em 2017 e 2018. Uma das estrelas do novo programa de concessões, Congonhas poderá ser disputado pelos atuais controladores de aeroportos, uma mudança importante na legislação em vigor. O certame deverá ocorrer em agosto do próximo ano e o vencedor poderá explorar o terminal mais movimentado do país por 30 anos. Além de Congonhas, estão na nova carteira do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) outros 13 aeroportos, 11 lotes de linhas de transmissão, 15 terminais portuários, duas rodovias, a Casa da Moeda e a raspadinha da Caixa, entre outros. Estão sendo feitos estudos ainda para a concessão do Parque Olímpico do Rio. A arrecadação esperada é de ao menos R\$ 44 bilhões. A expectativa é que metade desse valor será arrecadada nos primeiros cinco anos.

RECEITA IMEDIATA

Para ajudar o governo a fechar as contas públicas no ano que vem, a concessão de Congonhas e a privatização da Eletrobras ganharam prioridade absoluta. Esses projetos vão gerar uma receita imediata para o Tesouro Nacional. A Eletrobras pode render aos cofres públicos R\$ 20 bilhões, segundo estimativas oficiais. Como foi anunciada antes, a privatização da holding do setor elétrico não foi contabilizada no pacote de 57 ativos. A necessidade urgente do governo de fazer caixa fez com que Congonhas substituisse Santos Dumont na lista de concessões. A ideia inicial, defendida pelas autoridades do setor, era licitar o terminal central da cidade do Rio em um bloco (com Vitória, no Espírito Santo; Jacarepaguá e

Macaé, no Estado do Rio; e Pampulha e Carlos Prates, em Belo Horizonte). Mas acabou prevalecendo a posição da equipe econômica a favor de Congonhas, que tem maior potencial de receitas. Para não prejudicar ainda mais a Infraero, o Santos Dumont continuará na sua rede.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Política / colunas

Autor: Lydia Medeiros

Título: Poder em jogo

Pão de queijo

Com 53 deputados e sempre queixosa por ser preterida no primeiro escalão, a bancada de Minas está unida contra a venda das usinas da Cemig. E ameaça com uma rebelião na Câmara caso o governo não encontre uma saída para sanear a empresa por meio de um empréstimo do BNDES. A Cemig quer manter as usinas, mas está altamente endividada. O deputado Fábio Ramalho, primeiro vice-presidente da Câmara, é um dos porta-vozes do movimento de pressão sobre o Planalto. Para tentar adoçá-lo, o presidente Temer convidou-o para ir com ele à China semana que vem. De quebra, deixa-o temporariamente fora da linha de comando da Casa.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia / colunas

Autor: Míriam Leitão

Título: Um governo errático

O governo teve um surto hiperativo nas últimas horas. Anunciou na segunda-feira a privatização da maior empresa de geração de energia. Na terça, pôs à venda 57 outros ativos. Ontem de manhã, tomou a correta decisão de aumentar o acesso dos trabalhadores ao PIS/Pasep. De tarde, por decreto, impôs ao país o fim de uma reserva ambiental com área do tamanho do Espírito Santo, que fora criada no governo militar.

Parecem coisas distintas, mas a soma dos atos governamentais mostra uma administração errática e perigosa. Ela pode tomar a qualquer momento uma decisão boa ou trágica, bem pensada ou confusa. Nunca se sabe a que lobby o governo vai atender. Na área ambiental, o presidente Michel Temer tem conduzido um retrocesso assustador. Já é o pior na questão ambiental de todos os governos desde a redemocratização. E agora superou até o governo militar ao arrancar do mapa da conservação da Amazônia 47 mil Km² que haviam sido protegidos há 30 anos no governo do presidente João Figueiredo. Quanto mais o

presidente Temer quer regredir na área ambiental? Que novos crimes ambientais quer cometer? Há 33 anos, em 1984, a ecologia era um tema valorizado apenas por pequenos grupos e a questão climática ainda engatinhava. Só em 1987, três anos depois, foi publicado o Relatório Brundtland “Nosso Futuro Comum”. Só em 1992 ocorreu a Cúpula da Terra no Rio, que inaugurou as negociações globais para um Acordo do Clima.

E, mesmo antes de tudo isso, Figueiredo criou essa reserva entre o Pará e o Amapá e proibiu a mineração no local. Desfazer isso hoje, depois de tudo o que se sabe, é um retrocesso inacreditável e que cai sobre o país na forma autoritária de um decreto. Preparar uma empresa para a venda e definir o modelo são um processo complicado, o que significa que esta administração não tem como fazer tudo no período curto que tem pela frente. Devia escolher em que focar na área da privatização. Tanto é verdade que está falando em vender a Lotex desde que assumiu e já se passaram 15 meses do atual governo. Ontem foi novamente anunciado que ela será vendida. Antes de comunicar a decisão de vender ações da Eletrobrás o governo já havia começado uma revisão da regulação do setor para corrigir os inúmeros problemas do excessivo intervencionismo da MP 579 do governo Dilma.

Foi feita uma consulta pública e agora o **Ministério das Minas e Energia** está iniciando uma consolidação das propostas para redigir o decreto com as mudanças. Nesse contexto, faz sentido pensar em mudar a governança da Eletrobras. A estatal sempre foi vítima da espoliação política. O PMDB a dividiu em várias sesmarias para que os caciques de cada região dominassem um pedaço. O fim dessa ingerência dos políticos certamente vai aumentar a eficiência da gestão e isso é que foi comemorado pelo mercado no primeiro dia. A queda de ontem das ações era previsível, porque sempre ocorrem esses movimentos de realização após uma grande alta. A mudança de regras do setor elétrico, a negociação de uma saída para os prejuízos causados pela má regulação, a privatização da Eletrobras fazem parte de um conjunto harmônico de decisões. O que não faz sentido é anunciar no dia seguinte a venda de outros 57 ativos que vão de linhas de transmissão, Casa da Moeda, 15 aeroportos, entre eles o de Congonhas, rodovias, terminais rodoviários, companhias docas.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia / colunas

Autor: Carlos Alberto Sardenberg

Título: A Eletrobras é de quem mesmo?

O anúncio da privatização da Eletrobras foi recebido com fortes aplausos nos meios econômicos — o governo Temer cantou vitória — mas imediatamente apareceram as ressalvas políticas. Em Minas, líderes partidários, de todas as

filiações, apoiam a desestatização desde que seja excluída Furnas, uma das subsidiárias da grande estatal. Já no Nordeste, o pessoal topa vender tudo, menos a Chesf. Ao Norte, os políticos querem reter no sistema estatal a Eletronorte.

Essas três subsidiárias reúnem 40 usinas geradoras de energia — as principais e maiores do sistema Eletrobras, tais como Santo Antônio (Furnas), Tucuruí (Eletronorte) e Belo Monte e Jirau (Chesf). Ou seja, se prevalecerem as restrições políticas, sobrarão para privatização apenas a enorme dívida da Eletrobras.

Ora, quem comprará um passivo sem ativos? — perguntaria um ingênuo observador da cena brasileira. Fácil, algum banco público, que tal o BNDES? Não é brincadeira. Vejam o caso da Cemig — que pertence ao governo de Minas e resistiu a todas as ondas de privatização até aqui. Há uma pendência entre os governos federal e mineiro sobre a propriedade de quatro usinas — mais uma das confusões originadas pela MP 579, aquela emitida pela então presidente Dilma em setembro de 2012.

O governo federal quer privatizar as quatro usinas e a equipe econômica já conta com uns R\$ 10 bilhões para fechar as contas. Já a política de Minas, liderada pelo senador tucano Aécio Neves, neste caso em sólida união com o governador petista Fernando Pimentel, queria, primeiro, ficar com as usinas sem pagar nada.

Agora, topa pagar um preço acertado, algo em torno dos R\$ 6 bilhões, sem leilão, sem competição. Mas a Cemig não tem dinheiro para isso, alegaram, também ingenuamente, os técnicos do setor elétrico. Mas o BNDES tem, respondem os políticos mineiros. Resumindo, Minas quer comprar usinas federais com dinheiro federal. Qual o argumento para essa restrição à privatização?

Da boca para fora, só um: Cemig e Furnas fazem parte da história, são patrimônio dos mineiros, assim como Chesf é história e patrimônio do Nordeste etc. Outro ingênuo diria: se é patrimônio de Minas, então por que os mineiros não assumem as dívidas daquelas duas empresas, aliviando os bolsos dos contribuintes nacionais sempre chamados a pagar com impostos os buracos das estatais? Valeria também para os que se julgam donos da Chesf e Eletronorte — e assim por diante.

Mas chega de bobagem. Nem os estados têm esse dinheiro, nem os políticos estão interessados em assumir estatais enroscadas em dívidas. O que eles querem é outra coisa. Querem ter controle sobre as empresas, e isso significa: indicar diretores e nomes para um monte de cargos espalhados por vários estados; escolher fornecedores; encaminhar contratos; e, claro, conseguir apoio de toda essa gente, dos lados público e privado, nas campanhas eleitorais.

Isso, sim, é história. O governo FHC (1995/2002) aplicou um imenso programa de privatização, mas não conseguiu tocar em Furnas, Chesf etc. O então presidente não conseguiu nem nomear diretores que queria para a Eletrobras. Havia intocáveis, conta, apoiados pelo conjunto dos partidos. E assim segue, quer dizer, não segue. O PSDB apoia a tese da privatização.

Mas o partido em Minas sustenta que Furnas e Cemig são casos diferentes. O DEM é privatista, mas não com a Chesf. Foi essa cultura e essa história que trouxeram a esta situação: a Eletrobras tem em caixa R\$ 8,9 bilhões e uma dívida de R\$ 47,3 bilhões. Não é que falte dinheiro para investimentos. Falta para pagar credores. Só para a Petrobras, a Eletrobras deve R\$ 16 bilhões.

Comprou gás e não pagou. É verdade que a parte final deste desarranjo se deve totalmente à expresidente Dilma. Mas ela não teria conseguido a proeza de bagunçar tudo e espalhar prejuízos se o sistema não fosse estatizado e inteiramente controlado politicamente. Bastou a ela tomar e/ou compartilhar a estatal com os políticos antigos (Sarney, Barbalho etc.) que a dominavam.

E teve a corrupção exposta pela Lava- Jato. Se faltava alguma coisa para condenar esse capitalismo de Estado, não falta mais. A privatização é o melhor caminho. Diria, o único caminho para ganhar produtividade. Pena que tenha sido necessário passar por essa destruição de patrimônio público para chegar a uma ideia óbvia. E é inacreditável que haja políticos lutando pelo que consideram o seu patrimônio, empurrando a dívida para os contribuintes.

Carlos Alberto Sardenberg é jornalista

VEÍCULO: O Globo

Seção: Opinião

Autor:

Título: Por que políticos não gostam de privatizações

Sindicatos de funcionários de empresas públicas costumam ser os primeiros a levantar barricadas contra a privatização de estatais. Temem a cultura administrativa do mundo privado, onde não existe Tesouro para compensar prejuízos com dinheiro do contribuinte, nem há condescendência com maus profissionais e vigora o princípio do mérito. O anúncio da privatização da Eletrobras e a intenção do governo de levar à leilão usinas da área da Cemig, estatal mineira, ambas as operações para ajudar no reequilíbrio fiscal da União, têm enfrentado resistência também de políticos.

Mas não só por motivos ideológicos. Estes são conhecidos. Tem ficado evidente, nessa rejeição à venda de estatais, outro tipo de oposição, com origem na cultura

pluripartidária do fisiologismo, e também na corrupção que costuma ser praticada no mundo das empresas públicas. Garimpar comissões e empregar apaniguados em estatais é o sonho de muita gente.

Daí, logo depois do anúncio da privatização da Eletrobras, políticos nordestinos terem passado a defender a manutenção da Chesf como estatal. Claro, alegadamente para o bem da região e dos nordestinos. Entende-se. O mesmo acontece em relação a Furnas, com sede no Rio. Há alguns processos referentes a negócios suspeitos feitos na empresa e no seu fundo de pensão em que é citado o ex- presidente da Câmara Eduardo Cunha.

O senador tucano mineiro Aécio Neves é outro que aparece em histórias sobre Furnas. A ação conjunta da bancada mineira para o governo federal deixar quatro hidrelétricas com a Cemig — Jaguará, São Simão, Miranda e Volta Grande — é, no jargão jurídico, forte prova indiciária de que existem muitos interesses em jogo que nada têm a ver com quilowatts. A campanha é pluripartidária. Une o tucano Aécio e o petista Fernando Pimentel, o governador.

O governo conta com o leilão destas usinas para ajudar a União a atingir a meta fiscal deste ano. Como a equipe econômica conta com estimados R\$ 11 bilhões provenientes dos leilões, os mineiros negociam com o BNDES um exótico empréstimo à Cemig, para a estatal mineira ficar com as usinas, e o governo, com o dinheiro. Mas o banco chegaria apenas a R\$ 9,7 bilhões.

Porém, mais importante que tudo é que não faz sentido o BNDES, instituição de fomento, bancar uma operação comercial por conveniências políticas. Repete-se o relacionamento do banco com a JBS, no lulopetismo. Como Temer é um presidente fraco, tudo pode acontecer. A administração das estatais depende do governo de turno. O que deixa tudo muito instável.

Houve oito anos de Fernando Henrique, nos quais se tentou alguma profissionalização na gestão das empresas. Existiu ladroagem, confessou Pedro Barusco a uma CPI da Petrobras. Mas nada como a "corrupção sistêmica" instalada na empresa a partir de Lula, termo usado pelo próprio ex-gerente da Petrobras na área de serviços, subordinado ao diretor Renato Duque, preso em Curitiba, junto com Eduardo Cunha.

Esta é a questão: pode ser eleito um governo populista e pouco ético e desmontar as conquistas feitas em gestões anteriores. Portanto, no caso da estatais, a melhor e única alternativa sensata é vendê-las, até por precaução.

VEÍCULO: O Globo**Seção: País****Autor: Chico Otavio****Título: Rachadura em barragem é alvo de disputa em Santa Catarina**

Laudo técnico aponta falha estrutural na Foz do Chapecó

-CHAPECÓ (SC)- Os impactos da destruição parcial de um muro de 18 metros de altura e 46 de comprimento da hidrelétrica Foz do Chapecó, na divisa entre Santa Catarina e o Rio Grande do Sul, estão no centro de uma controvérsia entre os construtores e gestores da barragem, que dizem não ver risco de acidente, e um consultor especializado, contratado pelos próprios operadores, que encontrou falhas na estabilidade estrutural da usina, decorrentes do acidente.

Engenheiro especializado em estruturas de concreto, o consultor Milton Emílio Vivan alertou os gestores da hidrelétrica, em análise encaminhada no dia 21 de julho, que o bloco 5, o trecho da barragem onde parte do muro desabou, está “não conforme”, o que significa fora dos padrões de segurança de estruturas estabelecidos pela Eletrobras.

O GLOBO, que teve acesso ao documento, submeteu-o a um outro engenheiro especializado e sem ligação com o autor do laudo, que considerou a análise “bastante séria”. Com 48 metros de altura e 598 metros de comprimento, entre as cidades de Águas de Chapecó (SC) e Alpestre (RS), a hidrelétrica Foz do Chapecó é um colosso de concreto e pedra que produz 855MW de energia, suficiente para abastecer cinco milhões de casas — o que corresponde a 25% de toda a energia consumida em Santa Catarina e a 18% do Rio Grande do Sul.

Foi erguida numa alça do Rio Uruguai, a “Volta Grande”, com pelo menos 11 cidades próximas, a jusante (abaixo do vertedouro).

PRIMEIRO ACIDENTE EM 2014

O problema na barragem começou em junho de 2014, quando metade do muro central do vertedouro da hidrelétrica foi arrancada pelas cheias. Desde o primeiro acidente, o consórcio gestor, o Foz do Chapecó Energia (FCE), e o construtor, o Consócio Volta Grande (CVG), liderado pela empreiteira Camargo Corrêa, travam uma queda de braço para definir de quem é a responsabilidade pelo problema.

A disputa desaguou em ação na 44ª Vara Cível do Tribunal de Justiça de São Paulo e em processo no Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá. Quem perder terá de arcar com os custos. A FCE reunirá hoje na usina representantes dos construtores, dos gestores e o engenheiro Milton Vivan,

autor do laudo, para debater o alcance dos danos e o que pode ser feito para resolver o problema.

Procurado pelo GLOBO, Vivan confirmou a autoria da análise, mas ressaltou que o estudo é “inconclusivo” porque os problemas encontrados necessitam de análises mais profundas antes de se decidir as intervenções na barragem. — Não sou dono de verdade nenhuma. Temos de tomar cuidado com as interpretações incorretas de questões técnicas.

Vivan considera fundamental trabalhar com os dados extraídos de “estudos e análises” para a recuperação da estabilidade da obra: — Existem critérios de cálculo e a situação real. Às vezes, os critérios não se reproduzem na prática.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor:

Título: Governo quer leiloar 4 usinas da Cemig

O governo não desistiu de leiloar as quatro usinas hidrelétricas da Cemig, apesar da pressão contrária da bancada mineira no Congresso, capitaneada pelo senador Aécio Neves (PSDB-MG). "Não vamos abrir mão do leilão ainda neste segundo semestre", disse o **ministro de Minas e Energia Fernando Coelho Filho**.

Ele disse que o governo nunca esteve fechado a um entendimento com a estatal mineira, que quer comprar as usinas e busca financiamento do BNDES. O ministro participou ontem da reunião do conselho do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) que aprovou a nova leva de concessões e privatização.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Política / colunas

Autor: Andreza Matais / Marcelo De Moraes

Título: Nota

» **Pela culatra.** A postura do **ministro Fernando Coelho Filho (Minas e Energia)** em relação à Cemig irritou a bancada mineira. Acusam o ministro de se esquivar de atendê-los, empurrando a solução para a equipe econômica.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Thiago Faria / Julia Lindner

Título: Venda da Eletrobrás tem resistências

Parlamentares nordestinos da base governista, como Edison Lobão e Raimundo Lira, são contra venda de subsidiárias da estatal de energia

A decisão de privatizar a Eletrobrás começa a enfrentar resistências no Congresso, inclusive na base governista. Aliado do governo Michel Temer, o senador Edison Lobão (PMDB-MA) afirmou ser contra a medida. Ministro de Minas e Energia de 2008 a 2015, o peemedebista alegou que a empresa é estratégica para o País e não deveria ser entregue à iniciativa privada.

“Eu penso que a dificuldade da Eletrobrás, que realmente existiram, decorrem sobretudo das distribuidoras, que foram assumidas pela empresa e que pertenciam a alguns Estados. Sobretudo a do Amazonas, que gerou um prejuízo muito grande. Não sou favorável à privatização da Eletrobrás. Ela é uma segurança para o abastecimento de energia do País.

Ela tem uma função estratégica e, como tal, deve ser preservada sob controle do Estado”, afirmou. Questionado sobre a possibilidade de o governo poupar subsidiárias da Eletrobrás, como já sugerem alguns parlamentares, Lobão disse que a estatal de energia é um conjunto. “Eu entendo a Eletrobrás como um conjunto daquilo que é útil para a geração de energia.

A parte da distribuição até pode ser privatizada, mas a geração, não”. Na bancada peemedebista do Senado, a opinião é de que a privatização é necessária, mas será preciso discutir antes as condições. “Essa (privatização) é uma discussão que vai ser feita aqui. Precisamos ouvir os senadores. Cada um tem os seus interesses regionais.

A Chesf, por exemplo, é uma empresa muito respeitada e muito estimada no Nordeste. Estas questões regionais devem ser objeto de discussão”, afirmou o líder do PMDB na Casa, Raimundo Lira (PB), em referência à Companhia Hidro Elétrica do São Francisco. A oposição à venda das subsidiárias, porém, não é unânime.

Para Garibaldi Alves (PMDBRN), por exemplo, não há razão para não incluir as subsidiárias na privatização. “Não vejo razão para excluir”, disse. As resistências surgem também na Câmara. “Estou muito preocupado com mensagem de venda da Eletrobrás e da privatização das usinas da Cemig”, afirmou ontem o deputado Leonardo Quintão (PMDB-MG).

Cemig.

O formato da operação de privatização da estatal ainda não está definido. Mas, ainda que não dependa da aprovação do Legislativo, ela pode ser alvo de pressões pelo Congresso. É o que ocorre com a concessão das usinas da Cemig que estão

com seus contratos vencidos. Contrária à medida, a bancada mineira tem ameaçado não votar matérias de interesse do governo.

COLABOROU IDIANA TOMAZELLI

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Fátima Laranjeira

Título: Petrobrás anuncia afastamento do diretor de governança

Comissão de Ética da Presidência da República advertiu executivo por conflito com empresa em que a filha trabalha

A Petrobrás anunciou ontem o afastamento temporário de seu diretor de Governança e Conformidade, João Elek. A determinação foi tomada após a decisão da Comissão de Ética Pública (CEP) da Presidência da República de aplicar advertência ao diretor esta semana. A diretoria de governança foi criada após os escândalos investigados pela Operação Lava Jato.

O afastamento vale até que o recurso que ele impetrará na CEP seja julgado. Segundo a Petrobrás, o conselho de administração da estatal tomou decisões com base em algumas considerações. A empresa lembra que questionamento recebido pelo Canal Denúncia, em setembro de 2016, apontava para um eventual conflito de interesses dado que a Diretoria de Governança e Conformidade (DGC) havia contratado a empresa onde a filha de Elek trabalhava.

A Comissão de Ética da Petrobrás encaminhou o assunto para a CEP, obedecendo à legislação vigente. Segundo a Petrobrás, a filha de Elek foi contratada por uma empresa de auditoria, para uma posição iniciante, por meio de processo seletivo que durou de setembro de 2015 a março de 2016. Conforme a estatal, em nenhum momento suas funções envolveram assuntos ligados à companhia.

Auditoria.

No mesmo mês de março, o diretor comunicou à comissão de ética da Petrobrás que sua filha havia sido contratada. O contrato da petroleira com a empresa de auditoria foi assinado em 18 de dezembro de 2015. “Por outro lado, a DGC decidiu fazer a contratação de empresa especializada de auditoria, na modalidade de dispensa de licitação, para prestar serviços de investigação das denúncias recebidas pelo nosso Canal Denúncia”, afirma a companhia em nota.

“A dispensa da licitação foi justificada tendo em vista os riscos que poderiam ser gerados para a companhia, como atrasos e/ou a interrupção desses trabalhos, incluindo o enfraquecimento da governança da Petrobrás”, diz o texto.

A nota da empresa acrescenta ainda que “esta forma de contratação recebeu pareceres favoráveis da auditoria interna e do departamento jurídico e ocorreu em data posterior ao início do processo seletivo do qual participou a filha do diretor João Elek”.

Uma comissão criada pelo Conselho de Administração da Petrobrás concluiu que o processo de contratação foi justificado e regular, tendo ficado demonstrada a urgência e tendo sido cumpridos todos os demais requisitos da governança. A CEP, porém, teve entendimento diferente. “Esta situação, na visão da comissão, configura o conflito de interesse”.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Luci Ribeiro / André Borges

Título: Reserva na Amazônia é extinta

Decreto libera exploração mineral em área equivalente ao Estado do Espírito Santo

Uma área de 47 mil quilômetros quadrados na Amazônia, rica em cobre e outros minerais, poderá, a partir de agora, ser explorada pela iniciativa privada. O presidente Michel Temer editou decreto na segunda-feira extinguindo a Reserva Nacional do Cobre e Associados (Renca), uma área equivalente ao Espírito Santo, localizada entre os Estados do Pará e do Amapá.

Segundo o texto do decreto, a extinção da reserva “não afasta a aplicação de legislação específica sobre proteção da vegetação nativa, unidades de conservação da natureza, terras indígenas e áreas em faixa de fronteira”. De acordo com o diretor executivo da ONG WWF-Brasil, Maurício Voivodic, a medida pode colocar em risco áreas protegidas, podendo provocar impactos irreversíveis ao meio ambiente e povos da região.

“Além da exploração demográfica, desmatamento, perda da biodiversidade e comprometimento dos recursos hídricos, haverá acirramento dos conflitos fundiários e ameaça a povos indígenas e populações tradicionais”, disse, em texto publicado no site da instituição.

O diretor-geral do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), Victor Hugo Froner Bicca, disse porém que a extinção da Renca “tem um simbolismo

muito grande, porque demonstra de forma inequívoca que o governo federal está dando atenção à mineração”.

Referindo-se à reserva como a “última fronteira de potencial geológico ainda considerável disponível no mundo, até onde o conhecimento alcança”, Bicca comemorou a abertura para a realização de estudos que possam diagnosticar o potencial da área. “É um dia histórico para o setor”, afirmou.

A Reserva do Cobre foi criada por meio de um decreto publicado em 24 de fevereiro de 1984. Numa canetada, o presidente João Figueiredo esquadrinhou uma área de mata fechada com oito vezes a dimensão do Distrito Federal.

O plano dos militares era explorar, por meio de uma estatal, grandes jazidas de cobre encontradas na região, mineral extremamente valorizado à época por conta das atividades do setor elétrico. Mas o plano nunca saiu do papel.

O que de fato se criou sobre essas terras foram delimitações de sete florestas protegidas e duas terras indígenas, cobrindo praticamente 80% de toda a área.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Raquel Brandão

Título: SP tira o ‘3º dígito’ dos combustíveis

A Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo aprovou na terça-feira projeto de lei (PL) que elimina o terceiro dígito de centavo do preço do litro de combustível vendido nos postos de gasolina em todo o Estado. Se o PL for sancionado pelo governador Geraldo Alckmin, os preços da gasolina comum e da aditivada, do etanol e do diesel deverão ser calculados com dois dígitos de centavos.

Por exemplo, o litro da gasolina que era vendido a R\$ 4,179 em determinado posto passará a ser comercializado por R\$ 4,17 ou R\$ 4,18. Se o comerciante optar por arredondar para R\$ 4,17, 50 litros passam a custar R\$ 208,50 e não mais R\$ 208,95.

Pela lógica do projeto de lei, em 2016, quando os consumidores paulistas compraram 30 bilhões de litros de combustíveis, de acordo com a Agência Nacional do Petróleo (ANP), a extinção do terceiro dígito corresponderia a economia de cerca de R\$ 300 milhões, se todos os preços não fossem arredondados para cima, adicionando um centavo a mais à conta final.

Autor do PL 460/2016, o deputado estadual Ricardo Madalena (PR) acredita que a medida tornará a política de preços mais transparente. “Essa é uma estratégia que induz o consumidor a comprar o falso barato. É uma ilusão”. Segundo ele, a extinção do terceiro dígito não será refletida em preços mais altos.

“O proprietário vai continuar tentando conquistar o motorista, não arredondará o preço para cima”, acredita. Em resolução de 2013, a ANP, no entanto, já proíbe a multiplicação utilizando os três dígitos na hora de fechar o valor da conta. De acordo com o texto, os preços deverão ser expressos com três casas decimais no painel de preços e nas bombas medidoras, porém, o valor total a ser pago deve considerar apenas duas casas decimais, desprezando-se as demais.

Ou seja, caso o motorista coloque 41 litros de combustível a R\$ 4,179 o litro, ele deve pagar R\$ 171,33 e não R\$ 171,339 ou R\$ 171,34. Desde maio de 2016, os postos de gasolina no Estado do Paraná não podem comercializar combustíveis com o terceiro dígito de centavo. Em julho deste ano, os vereadores de Belo Horizonte também aprovaram em primeiro turno os preços em apenas dois dígitos de centavo. A medida, agora, aguarda votação em segundo turno.

A reportagem não conseguiu contato com o Sincopetro, sindicato que representa os donos dos postos de gasolina.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Idiana Tomazelli / Fernando Nakagawa / Carla Araújo

Título: Governo amplia programa de concessões e prevê arrecadar R\$ 40 bi

Privatização. Programa anunciado ontem, para ser finalizado até o ano que vem, inclui aeroportos, portos, áreas de exploração de petróleo, a Eletrobrás e até a Casa da Moeda; anúncio foi bem recebido no mercado, mas falta de modelo de concessões foi criticado

Sob pressão para demonstrar como conseguirá fechar as contas públicas deste e do próximo ano, e tentando injetar um novo ânimo na economia, o governo federal anunciou ontem a intenção de conceder 57 empreendimentos à iniciativa privada, incluindo o aeroporto de Congonhas e a Casa da Moeda. A expectativa é obter pelo menos R\$ 40 bilhões em bônus a serem pagos pelos investidores, a maior parte desse valor ainda em 2017 e 2018.

A cifra inclui o que será obtido com a venda da Eletrobrás. A estimativa do governo é que, além dos bônus, a concessão desses projetos – que incluem aeroportos, portos, rodovias e áreas de exploração de petróleo – ainda vai gerar R\$ 44,5 bilhões em investimentos ao longo do período dos contratos. O ministro-

chefe da Secretaria de Governo, Moreira Franco, afirmou que a ampliação do programa não tem objetivo meramente arrecadatário.

Segundo ele, o programa vai enfrentar a questão do emprego e renda e, ao mesmo tempo, melhorar a infraestrutura do País. O pacote anunciado ontem é o maior já feito dentro do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI). Nos dois pacotes anteriores, o total era de 89 projetos. Desses, segundo o governo, 49 já foram concedidos ou renovados e, até o fim do ano, deverão ser realizados outros seis leilões e seis renovações. (...)

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia / colunas

Autor: Aline Bronzati, Cynthia Decloedt e Fernanda Guimarães

Título: Notas

» **Medalha.** A geração de energia proveniente de projetos eólicos no Nordeste bateu mais um recorde nesta terça-feira (22), com a produção de 5,873 GW médios, acima dos 5,367 GW médios registrados em 30 de julho. O montante correspondeu a 58% da carga da região e contribuiu para que o Nordeste exportasse energia para outras regiões durante todo o dia, apesar da forte seca que atravessa e da baixa geração hidrelétrica decorrente dessa situação.

» **Ventos favoráveis.** O Nordeste vem registrando fortes ventos desde julho. Sazonalmente, o segundo semestre responde pelo período de maior intensidade de ventos. Por isso o segmento considera que, neste momento, está no período de "safra". Tal intensidade contribuiu para que o fator de capacidade dos parques alcançasse os 68% na última terça-feira, acima dos 66% de dia 30 de julho, quando houve o recorde anterior de geração.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Opinião

Autor: Celso Ming

Título: Questão multibilionária

Quem lida com palavras sabe que há expressões que atraem as atenções e outras não atraem. Uma expressão que sugere coisa complicada demais, restrita a especialistas é contrato de cessão onerosa. No Brasil, essa foi a natureza do acordo da União com a Petrobrás em 2010, cujo acerto final envolve quantias bilionárias, provavelmente US\$ 20 bilhões. Além disso, a solução dos problemas em aberto mexe com muita coisa. É importante entender o que está em jogo.

Quando do aumento de capital da Petrobrás em 2010, o Tesouro não tinha dinheiro para subscrever sua parte. Pagou com 5 bilhões de barris de petróleo futuro ainda no chão, em áreas que ninguém sabia quanto continham de óleo e gás recuperáveis.

Na ocasião, as cotações do petróleo no mercado internacional oscilavam em torno dos US\$ 80 por barril. A União cedeu o direito à Petrobrás a esses 5 bilhões de barris, avaliados então em US\$ 8,51 por barril. O contrato previa reavaliação do preço dois anos após conhecido o potencial das áreas de cessão onerosa. A Petrobrás furou e encontrou lá não 5 bilhões de barris, mas 17 bilhões. Agora, até passou da hora do acerto de contas.

A Petrobrás entende que tem direito a créditos de US\$ 15 bilhões a US\$ 20 bilhões. O raciocínio é simples. Se o petróleo hoje vale pouco mais da metade dos preços de 2010, então a União é devedora de quase o dobro do que recebeu em 2010. A União discute muita coisa, a começar pelas datas. O contrato, mal feito, diz lá que os preços tinham de ser revistos com base nos vigentes na data da declaração de comercialidade das áreas. A primeira complicação está no fato de que a Petrobrás fez as declarações em datas diferentes, quando vigoravam preços diferentes do petróleo.

A outra é a de que a lei da cessão onerosa define que, em caso de credora, a Petrobrás receberá do Tesouro em dinheiro. Como o Tesouro não tem dinheiro, teria de pagar em barris. Isso sugere que a lei precisa ser alterada (pelo Congresso). Uma terceira dificuldade diz respeito ao excedente, os tais 12 bilhões que excedem os 5 bilhões de barris. Resolução da Agência Nacional do Petróleo que dá direito à Petrobrás à exploração do excedente é contestada pelo Tribunal de Contas da União (TCU), que exige leilão. Ou seja, para o TCU, a Petrobrás não tem acesso automático ao excedente. Mas quem investe no principal tem de levar em conta todo o petróleo a que terá acesso e não apenas os 5 bilhões.

Outras questões que pedem esclarecimento. A cessão onerosa foi realizada para subscrever a parte do Tesouro na capitalização da Petrobrás, na mesma proporção em que foi feito o aporte pelo acionista minoritário. Se o governo tiver razão e a Petrobrás tiver de devolver recursos à União, então é preciso ver de onde serão tirados esses recursos: do capital, já que a subscrição da União foi a mais? Nesse caso, como ficaria a devolução ao minoritário?

O Tesouro precisa de recursos e o leilão do excedente das áreas da cessão onerosa, que poderia render R\$ 60 bilhões adicionais à União, seria bem-vindo. A Petrobrás não tem tantos recursos, tanto para colocar no leilão como para os investimentos. Por isso, também, precisaria arrumar parceiros para desenvolver essas áreas. Por outro lado, o governo precisa de dinheiro. Mais investimentos da Petrobrás e de outros parceiros criariam empregos e antecipariam receitas do

Tesouro. Difícil saber se esse sentido de urgência se traduzirá em rapidez na solução dos conflitos da cessão onerosa.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Notas & informações

Autor:

Título: A qualidade da oposição

A existência de uma oposição forte e atuante é condição indispensável para a saúde da democracia. É também fundamental para obrigar o governo a rever posicionamentos e atitudes que contrariem os interesses da sociedade. No entanto, a oposição só cumprirá plenamente seu papel se for responsável, isto é, se – à parte a natural dedicação à luta política, própria de quem disputa o poder – contribuir para o desenvolvimento nacional, sem sabotar a formação de consensos para a solução de crises. Afinal, o opositor de hoje espera ser o governante de amanhã – e um opositor que prejudica sistematicamente o governo ou se aproveita de circunstâncias turbulentas apenas para extrair benefícios paroquiais mostra não apenas indiferença em relação ao país, mas também falta de inteligência. Infelizmente, é esse o caso da oposição no Brasil, hoje. De um lado, tem-se um Congresso formado em parte por partidos que pouco representam e por parlamentares que formam blocos ao sabor de suas conveniências momentâneas, sempre à espreita de uma chance para sangrar o governo quando este coloca na pauta de votação projetos importantes. Esses partidos não apoiam o governo nem formam a oposição.

São simplesmente oportunistas. Depois que a Câmara rejeitou a denúncia da Procuradoria- Geral da República contra o presidente Michel Temer, alguns “aliados” do governo anunciaram que poderiam se bandear para a oposição em temas cruciais, como a reforma da Previdência, caso o Palácio do Planalto não cedesse a suas exigências, basicamente por cargos e verbas. De outro lado, tem-se o PT, partido mais vistoso da oposição, que está, como sempre, inteiramente dedicado a destruir qualquer possibilidade de entendimento para a superação da violenta crise que, sempre é bom lembrar, foi obra dos presidentes petistas Lula da Silva e Dilma Rousseff. Sob a alegação de que o impeachment de Dilma Rousseff foi “golpe”, embora tenha seguido rigorosamente a Constituição, os petistas, com Lula da Silva à frente, entregaram-se de corpo e alma à tarefa de denunciar como ilegítimo cada ato do governo, mesmo que seja claramente benéfico para o País.

Confunde-se assim a opinião pública e exaurem-se as forças nacionais em uma alteração estéril, que só interessa aos projetos de poder do sr. Lula da Silva. O padrão do embuste petista é sempre o mesmo. Depois que o governo anunciou a intenção de privatizar a Eletrobrás, por exemplo, a presidente cassada foi às

redes sociais para dizer que “vender a Eletrobrás é abrir mão da segurança energética” e que “o consumidor vai pagar uma conta de luz estratosférica por uma energia que não terá fornecimento garantido”. Chega a ser exasperante ter de confrontar tamanha empulhação, em especial vinda da responsável direta pela quebra do setor elétrico no País, desde quando era ministra de Minas e Energia.

Mas Dilma foi além, e escreveu que o governo resolveu privatizar a Eletrobrás movido por “desespero para fazer caixa e tentar diminuir o impacto de um dos maiores rombos fiscais da nossa história contemporânea, produzido por um governo que prometia resolver o déficit por meio de um surto de confiança que não veio e um passe de mágica que não produziu”. Quando Dilma vem a público atribuir a terceiros o rombo fiscal que ela mesma criou – e cujo governo maquiou, configurando o crime de responsabilidade que afinal lhe custou o cargo –, é porque não há mesmo limites para a desfaçatez petista. Esse tipo de oposição, de tão ominosa, acaba tendo o efeito colateral de legitimar qualquer ato do governo de Michel Temer, mesmo aqueles que poderiam ser questionados em um debate mais aprofundado – algo que é próprio das boas democracias. Afinal, quando se tem, de um lado, um presidente que decidiu correr os riscos de encaminhar as reformas necessárias para o País e, de outro, um bando de irresponsáveis e de oportunistas que não têm freios morais em sua tentativa de impedi-lo, não é difícil concluir de que lado se deve estar.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: GUSTAVO URIBE JULIO WIZIACK DE BRASÍLIA

Título: Governo inclui Congonhas, Casa da Moeda e usina da Cemig em lista de concessões

O conselho do PPI (Programa de Parcerias em Investimentos) aprovou nesta quarta-feira (23) a venda de estatais e de projetos controlados pela União, como a Eletrobras, a Casa da Moeda e o aeroporto de Congonhas.

A privatização do aeroporto, o mais lucrativo da Infraero, deve trazer pelo menos R\$ 5,6 bilhões em outorga. Até hoje, as concessões do PPI renderam R\$ 6 bilhões em outorgas. Pouco mais da metade dos 89 projetos em andamento foi concluída.

Parte da demora se deve a questões jurídicas e regulatórias que muitas vezes dependem do Congresso. Outra explicação é que a equipe do PPI não quer liberar editais que podem ser questionados posteriormente ou que tragam problemas, como a maior parte das concessões da ex-presidente Dilma Rousseff, que ainda estão sendo corrigidas.

Mesmo assim, o governo decidiu avançar e decidiu privatizar a Eletrobras, 14 aeroportos da Infraero —incluindo Congonhas— e a Casa da Moeda. Essas empresas são deficitárias e diante da falta de recursos orçamentários a União não tem outra saída para evitar cobrir prejuízos com recursos do Tesouro.

No caso da Eletrobras, a ideia é fazer uma emissão de ações da estatal. A União, que hoje tem 41% do capital total, não faria novos investimentos para ter sua participação minimizada. No entanto, ela ficará com uma única ação com poder de veto sobre assuntos estratégicos. Estima-se que esse negócio movimentará R\$ 13 bilhões.

O ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho, afirmou que, caso a diluição não ocorra como esperado, a União venderá as ações remanescentes no mercado.

Os aeroportos da Infraero serão vendidos em três blocos. Cada um deles terá um aeroporto lucrativo. Congonhas será vendido separadamente, e o pagamento será feito de uma vez e à vista.

O governo também venderá a participação de 49% da Infraero em Brasília, Confins, Galeão e Guarulhos, devido às dificuldades da estatal, que não consegue investir nem pagar sua parte nas outorgas. A expectativa é que o pacote aeroportuário movimente R\$ 12 bilhões em outorgas.

Segundo o ministro dos Transportes, Maurício Quintella, uma consultoria foi contratada para avaliar se vale a pena privatizar todos os demais aeroportos da Infraero, que ficará desidratada sem os terminais lucrativos.

Embora tenha decidido desestatizar a Casa da Moeda, o formato do negócio ainda será definido. Pode ser que seja vendida somente 51%. O mais provável é que a União se retire completamente.

MENOS DINHEIRO

Segundo o ministro Moreira Franco (Secretaria-geral da Presidência), a inclusão da Casa da Moeda foi um pedido da Fazenda. Estudos preliminares indicaram que o consumo de moedas e cédulas caiu a ponto de deixar a empresa deficitária.

O governo continua prevendo a venda de quatro hidrelétricas da Cemig neste ano para levantar R\$ 11 bilhões. Apesar disso, somente a unidade de Jaguará foi incluída na lista do PPI.

Coelho Filho disse que o governo negocia as outras três (São Simão, Miranda e Volta Grande) diretamente com a Cemig. A companhia quer comprá-las por R\$ 9,7 bilhões. Sem a venda das quatro usinas, a União não conseguirá cumprir a meta de deficit de R\$ 159 bilhões neste ano.

A venda da Lotex, conhecida como "raspadinha", deve render R\$ 2 bilhões. Entre os projetos contemplados até o fim do ano estão a BR-153 (GO/TO) e a BR-364 (RO/MT), terminais portuários, 11 lotes de linhas de transmissão e rodadas de petróleo e gás do pré-sal. Serão R\$ 8,5 bilhões em outorgas do Ministério dos Transportes.

PPIS PLANEJADOS

- Aviação

Aeroportos (14)

Venda da participação da Infraero (4)

- Rodovias

Estudos BR-153 GO/TO

BR 364/RO/MT

- Naval

Terminais no Porto de Belém (PA)

Terminal de Granéis Líquidos em Vila do Conde (PA)

Terminais de Grãos em Paranaguá

Terminal em Vitória (ES)

Desestatização da CODESA

- Energia elétrica

UME de Jaguará (MG)

11 lotes de instalações de transmissão

- Petróleo

3ª rodada sob regime de partilha de produção na área do pré-sal

15ª rodada de blocos para exploração e produção

5ª rodada de licitações de campos terrestres maduros

4ª rodada de blocos sob o regime de partilha de produção

- Armazéns e silos

Privatização da CASEMG

Privatização da CEASAMINAS

- Comunicações

PPP da rede de comunicações integrada do COMAER

- Outros

Desestatização da casa da moeda

Lotex

Fonte: conselho do PPI

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Seção:** Mercado**Autor:** NICOLA PAMPLONA DO RIO**Título:** Presidente da Eletrobras afirma que governo manterá fatia 'importante'

O presidente da Eletrobras, Wilson Ferreira Jr, disse acreditar que o governo manterá fatia "importante" na empresa após a privatização, que tem previsão de ocorrer até o segundo semestre de 2018.

Ele defende que a pulverização do capital permitirá que a companhia volte a crescer, pagando mais impostos e dividendos aos acionistas.

"Uma Eletrobras mais eficiente vai gerar mais resultado, vai remunerar seus acionistas com dividendo, o que nunca fez. Se gera lucro, paga Imposto de Renda. Para o contribuinte, para o cidadão, é muito melhor", afirmou.

Frisando que não há decisão sobre o modelo, ele disse preferir a proposta de aumento de capital, com diluição da fatia do governo e a atração de outros acionistas, por representar injeção de recursos.

"A perspectiva de um aumento de capital pode significar o crescimento da empresa", afirmou. Nesse caso, a tendência é atrair investidores pessoais ou institucionais que buscam menor risco, em vez de empresas de energia.

"O setor elétrico no mundo inteiro tem, como costuma se chamar, 'ações de viúva', que são investidores institucionais que querem ter estabilidade de retorno ou pessoas físicas que querem ter perspectiva de complementar sua aposentadoria com o pagamento estável de dividendos."

O governo manterá uma golden share, ação que lhe dá poder de veto em decisões estratégicas mesmo sendo minoritário —algumas questões já foram definidas: a Eletrobras não poderá mudar de nome e terá que manter investimentos na revitalização do rio São Francisco.

Mas Ferreira não crê que a saída da União seja completa, até porque a empresa está voltando a dar lucro e, como consequência, voltará a pagar dividendos.

"Certamente não fará isso. Acho que ela continuará tendo uma participação importante."

Com a privatização, o executivo acredita que a empresa abrirá acesso a captações mais baratas e ampliará sua capacidade de investimento, prejudicada por anos de prejuízos e políticas públicas que reduziram sua rentabilidade.

E A CONTA DE LUZ?

Perguntas e respostas sobre a privatização

A venda da Eletrobras vai aumentar a conta de luz?

A venda, em si, não. Mas há perspectiva de aumento com a mudança no sistema de venda de energia por usinas que hoje usam o regime de cotas, que têm preços mais baixos. Os controladores dessas usinas podem optar por vender a energia no mercado a preços maiores. O processo de privatização prevê que a Eletrobras ganhe recursos para optar pela mudança, que demandará o pagamento de uma espécie de bônus de outorga

O impacto seria apenas pela mudança nas usinas da Eletrobras?

Não. Hoje, 91 usinas hidrelétricas no país atendem aos requisitos para optar pela mudança no regime de venda, com uma capacidade total de 29.000 MW. Delas, 14 são da Eletrobras, que representam quase a metade da capacidade total das usinas que podem aderir à mudança. Espera-se que todas optem pela mudança, já que a receita será maior

De quanto seria o impacto?

O governo estima que, se todas as usinas aderirem, a conta de luz subiria 7%. Mas argumenta que outras medidas do novo marco regulatório do setor, como o uso de parte do dinheiro pago como bônus de outorga para reduzir encargos setoriais cobrados na conta de luz, podem mitigar a alta

Quando o aumento ocorreria?

A partir do momento em que as usinas passarem a vender sua energia no mercado. O projeto de mudança do novo marco regulatório do setor, porém, ainda está em discussão com o mercado. Depois disso, ainda precisa ser aprovado pelo Congresso. O governo trabalha para que esse processo seja concluído em paralelo com o processo de privatização da Eletrobras

É possível que o aumento seja mitigado no futuro, como diz o governo?

Para grandes consumidores, isso dependeria de fatores como risco hidrológico e expansão do sistema. Para o professor Nivalde de Castro, do Grupo de Estudos de Energia Elétrica da UFRJ, ganhos de eficiência da Eletrobras tendem a ser incorporados ao resultado da empresa para pagar dividendos aos acionistas, em vez de serem repassados ao consumidor. Ele alerta ainda para o risco de os recursos obtidos com o bônus de outorga das usinas que aderirem à mudança

no sistema de venda de energia ficarem com o Tesouro para melhorar o resultado fiscal

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: Laura Carvalho

Título: Privatização da Eletrobras não responde aos desafios do setor elétrico

O Ministério de Minas e Energia (MME) informou na segunda-feira (21) que vai propor ao Conselho do Programa de Parceria de Investimentos (PPI) do governo federal a redução da participação da União no capital da Eletrobras, no que chamou de "democratização" da empresa na Bolsa de Valores.

Analistas passaram a interpretar a alta no preço das ações da empresa que se seguiu à divulgação da nota do MME como evidência de que a privatização trará enormes ganhos de eficiência ao setor elétrico.

Esse tipo de interpretação ignora não apenas a falta de fundamentos reais na imensa maioria dos movimentos nos preços de ações no mercado financeiro — que essencialmente refletem as expectativas sobre o que farão os demais agentes— mas sobretudo os desafios enfrentados pelo setor elétrico no Brasil e no mundo no século 21.

Parece haver consenso entre pesquisadores da área de que a medida provisória 579, editada em setembro de 2012 para reduzir o custo de energia elétrica para o setor industrial e defendida publicamente pelo atual secretário-executivo do MME em artigo no jornal "Valor Econômico" de 26/11/2012, causou enormes prejuízos ao setor.

Se os problemas de balanço da Eletrobras não decorrem de sua "ineficiência", não está nada claro como a privatização garantiria lucros aos novos controladores do setor privado sem elevar as tarifas para o consumidor final. Em Portugal, um dos países citados na nota do MME como "modelo de êxito" para a "nova Eletrobras", as tarifas aumentaram 44,3% entre 2010 e 2015, ante um aumento de 24,6% na média da União Europeia.

Diferentemente do que a nota do MME sugere, não se trata de uma privatização "a exemplo do que foi feito com Embraer e Vale". Aos objetivos — próprios ao setor— de garantir a segurança energética sem elevar em demasiado as tarifas de um bem que é essencial para a população, acrescentou-se na última década a necessidade de transição para uma matriz energética sustentável por meio da introdução de energias renováveis.

Diante desse novo desafio, a insuficiência da atuação do órgão regulador sobre as tarifas e o grau de competição dos mercados, tal como estabelecido nos modelos de privatização dos anos 1990, ficou evidente nas discussões que envolveram a reforma mais recente do setor no Reino Unido.

Ainda que não seja possível, hoje, identificar um modelo de setor elétrico a ser seguido, o papel-chave do Estado na coordenação da transição para as energias renováveis está cada vez mais consolidado.

No caso brasileiro, o esgotamento da base de recursos hidráulicos e as limitações ambientais e sociais para a construção de reservatórios também exigem mudanças.

Dada a vantagem que temos na geração de energia eólica e, sobretudo, na capacidade de estocagem de energias renováveis proporcionada por nossos reservatórios de água, temos a oportunidade de realizar essa transição de forma relativamente menos custosa.

Fragmentar o controle desses reservatórios e submetê-los à lógica privada pode aumentar muito os custos dessa mudança e até mesmo inviabilizá-la.

Por tratar-se essencialmente de um truque fiscal para elevar um pouco as receitas do governo no curtíssimo prazo em meio à interdição ao aumento de impostos e aos deficit crescentes, a privatização proposta não oferece resposta alguma aos desafios que vêm mobilizando especialistas no Brasil e no mundo.

E o que é pior, a ideologia rasa que domina o debate vem impedindo até mesmo que se cobre do governo uma discussão mais aprofundada.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor:

Título: Petrobras pode ter alívio em disputa bilionária

Uma MP (medida provisória) publicada pelo governo na sexta-feira (18) pode livrar a Petrobras de disputa com a Receita sobre pagamento de impostos sobre aluguel de plataformas que soma hoje, segundo a estatal, R\$ 52,7 bilhões.

Em comunicado distribuído ao mercado nesta quarta (23), a empresa afirma que a MP possibilita o encerramento de "parcela significativa do contencioso da companhia a respeito dessa matéria".

O entendimento da estatal é que a MP reconhece a fórmula de cálculo que vem adotando há anos para recolher o Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre o afretamento de sondas e plataformas de produção de petróleo.

Questionado pela Receita, o modelo adotado pela Petrobras divide o pagamento aos fornecedores em duas faturas: de serviços, sobre a qual incide o IRRF, e a de aluguel da embarcação, isenta por se tratar de operação realizada no exterior entre subsidiárias da estatal e os donos dos equipamentos.

No início de 2014, mudança de entendimento da Receita em relação ao modelo gerou uma primeira autuação à estatal, de R\$ 3,9 bilhões, e o início de auditorias nos contratos de afretamento não só da estatal mas também de outras petroleiras no país.

O argumento é que todo o valor pago nos contratos de afretamento refere-se a serviços e estaria sujeito ao recolhimento de impostos.

Elaborada para tratar do regime de isenções fiscais para a importação de equipamentos petrolíferos, a MP 795, trouxe uma nova visão sobre o tema, alinhada ao pleito das petroleiras.

O texto autoriza a divisão do pagamento por serviço e aluguel e define que a parcela referente ao aluguel, que é isenta do IRRF, não pode exceder 80% do valor do contrato de plataformas e 85% dos contratos de sondas.

A partir do dia 1º de janeiro do ano que vem, os percentuais vigentes serão de 70% em plataformas e 75% no caso de sondas.

Para a Petrobras, a MP "reconhece a forma de contratação historicamente adotada pela indústria".

A empresa diz que, do total de R\$ 52,7 bilhões em disputa, terá que pagar só a diferença entre o que recolheu e os limites impostos pela MP acrescidos de juros e que terá anistia das multas, caso concorde em desistir de ações administrativas e judiciais.

Questionada pela **Folha**, a empresa não informou qual o valor do pagamento. Ela não havia feito provisão em seu balanço para as perdas.

A MP também livra a estatal de outra disputa, no valor de R\$ 15,6 bilhões, por divergências com relação à dedução contábil de investimentos feitos em exploração e produção de petróleo.

O texto permite antecipar a dedução dos gastos, o que reduz o lucro —e, portanto, o pagamento de impostos, nos primeiros anos de cada projeto.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Seção:** Colunista**Autor:** Janio Freitas**Título:** Gilmar Mendes age como quem pode desafiar e desacatar o que quiser

Além do papel de orientador voluntário do denunciado Michel Temer, o ministro Gilmar Mendes presta-lhe outro serviço, de igual ou maior utilidade: suplantou-o na dupla condição de figura mais comentada e reprovada. Essa desonraria se deve, porém, muito menos à sua atividade de político e tutor ideológico do que à maneira como usa sua magistratura contra a Magistratura.

A tal ponto Gilmar Mendes está personificando a ideia de desmandos da Justiça que o repúdio o excede e causa danos ao Judiciário e em particular ao próprio Supremo Tribunal Federal.

Gilmar Mendes age, com indiferente segurança, como quem pode desafiar o que quiser e desacatar a quem quiser —e nada lhe acontece. Não que desfrute de cobertura legal ou moral para tanto. Conta, isso sim, com a falta de resposta para a pergunta que mais se ouve e se faz: não há ninguém nem o que fazer contra esse vale-tudo?

A partir de Gilmar Mendes, começa a ficar claro que, pior do que um ministro-magistrado sem limites, é não se encontrar entre os seus pares quem busque impor-lhe os limites éticos e funcionais a que, como princípios, está submetido.

Ainda mais estarrecedor é que o contraste de deslimite e omissão se passe em um conjunto de vidas dedicadas a dizer se condutas alheias incorreram em falhas ou não. E, se as cometeram, condenar os autores. Até à prisão.

Uma lembrança do Brasil que acaba, exangue. A ONU deu agora ao "Programa de Cisternas" o prêmio mundial "Future Policy", também conhecido como "Oscar das melhores políticas" de combate à degradação da terra e suas consequências, sobretudo as humanas. Criado e aplicado por Tereza Campello quando ministra do Desenvolvimento Social e de Combate à Fome no governo Dilma, o programa foi premiado "por proporcionar água para milhões de famílias que vivem no semiárido" do Nordeste.

Tereza Campello forneceu ou fez construir um milhão de cisternas. Sem sequer um escândalo, de qualquer tipo e por menor que fosse. A imprensa e a TV não souberam: estavam ocupadas em outra direção.

BRASILEIRINHAS

– Henrique Meirelles se propõe para presidente com a tese mais original : "Mensagem reformista deve ganhar a próxima eleição" (Folha, terça-feira, pág. A13). Para justificá-lo, o eleitorado iria votar pelo arrocho salarial, a aposentadoria mais miserável, o desemprego e outras graças do gosto de Meirelles.

– A Lava Jato voltou à violação imprópria da vida privada. Desta vez, divulgou uma conversa familiar entre Jacob Barata Filho e uma de suas filhas, ambos preocupados com o estado psicológico da outra filha. É só sadismo dos divulgadores.

– **O ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho**, a musa dos privatizadores, Elena Landau (o H ainda não foi privatizado), e congêneres disseram que "o preço da energia vai cair com a privatização" da Eletrobras. Nenhum preço de produto ou serviço privatizado caiu, jamais. Todos subiram tanto que nem são publicados os comparativos, para não prejudicar os interesses privatizadores.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Economia

Autor:

Título: Governo extingue reserva nacional

O presidente Michel Temer editou decreto que extingue a Reserva Nacional de Cobre, localizada nos estados do Pará e do Amapá, que havia sido instituída em 1984. A decisão está publicada no Diário Oficial da União (DOU). Segundo o texto, a medida “não afasta a aplicação de legislação específica sobre proteção da vegetação nativa, unidades de conservação da natureza, terras indígenas e áreas em faixa de fronteira”.

A reserva do cobre foi criada por meio de um decreto publicado em 24 de fevereiro de 1984. Numa canetada, o presidente militar João Figueiredo esquadrinhou uma área de mata fechada com tamanho equivalente ao do estado do Espírito Santo ou oito vezes a dimensão do Distrito Federal. O plano dos militares era explorar, por meio de uma estatal, grandes jazidas de cobre incrustadas na região — o mineral era extremamente valorizado à época por conta das atividades do setor elétrico. O plano, porém, nunca saiu do papel. Passados 33 anos, o que de fato se criaram sobre essas terras foram delimitações de sete florestas protegidas e duas terras indígenas, cobrindo praticamente 80% da área.

O lugar engloba nove áreas protegidas: o Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque, as Florestas Estaduais do Paru e do Amapá, a Reserva Biológica

de Maicuru, a Estação Ecológica do Jari, a Reserva Extrativista Rio Cajari, a Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Iratapuru e as Terras Indígenas Waiãpi e Rio Paru d'Este. De todas essas unidades e terras indígenas, apenas uma pequena parcela da Floresta Estadual Paru prevê atividades de mineração. Nas demais, a exploração é 100% proibida, seja por conta da relevância ambiental da unidade, seja por falta de um plano de manejo florestal.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Economia

Autor: Simone Kafruni

Título: Privatização pode gerar investimento de R\$ 44 bi

O governo anunciou ontem um pacote de privatizações com previsão de investimentos de R\$ 44 bilhões ao longo dos anos de concessão de 57 empreendimentos a serem leiloados até o fim de 2018. O Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) confirmou a concessão de 14 aeroportos, inclusive o de Congonhas (SP), administrado pela Infraero, e a alienação da participação acionária da estatal nas concessionárias dos terminais de Brasília (DF), Confins (MG), Galeão (RJ) e Guarulhos (SP), dos quais detém 49%. Também aprovou a inclusão, no Programa Nacional de Desestatização (PND), da Casa da Moeda e da Eletrobras e marcou o leilão da usina hidrelétrica de Jaguará (MG), objeto de disputa judicial com a estatal mineira de energia, Cemig, para 27 de setembro.

O PPI ainda incluiu no Projeto Crescer a concessão de 11 lotes de transmissão de energia elétrica, de campos de exploração de petróleo, de vários terminais portuários e a privatização da Lotex (veja no quadro ao lado). Ao anunciar as decisões do terceiro encontro do conselho do PPI, o ministro da Secretaria-Geral da Presidência da República, Wellington Moreira Franco, ressaltou que, nas duas primeiras reuniões, foram aprovados 89 projetos, dos quais 49 já foram concedidos ou renovados. “Até o fim do ano, serão mais seis leilões e seis renovações. Tudo isso resultou em R\$ 24 bilhões de investimentos e R\$ 6 bilhões de outorga”, enumerou.

Para as novas concessões, Moreira Franco explicou que houve um esforço para mudar modelagens. “O objetivo é criar condições para o setor privado participar. O BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social) mudou o seu papel no processo. Acabamos com o empréstimo-ponte e há toda uma discussão para transformar a TJLP (taxa de juros de longo prazo) em TLP”, ressaltou.

Eletrobras

Sobre a privatização da Eletrobras, o **ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho**, ressaltou que o presidente Michel Temer precisa cancelar a decisão do conselho do PPI. “Até o início da semana que vem, vamos detalhar como será a diluição da participação do governo na estatal”, disse.

Coelho Filho também ressaltou que não desistiu das usinas hidrelétricas de Minas Gerais, em disputa com a Cemig. “Não abro mão dos interesses da União e das outorgas. A realização do leilão ocorrerá neste semestre”, destacou. Sobre a judicialização, o ministro afirmou que o certame pode ocorrer sem a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF). “Obviamente, ela dá mais conforto para segurança jurídica”, reconheceu.

Para especialistas, o governo está no caminho certo ao buscar reduzir o tamanho do Estado. “É necessário transferir para a iniciativa privada aquilo que o Estado já mostrou que não tem competência para gerir. Só assim o país vai conseguir eliminar gargalos de infraestrutura”, avaliou o presidente da Macroplan, Cláudio Porto.

Na opinião do presidente da InterB Consultoria, Cláudio Frischtak, haverá investidores interessados porque há excesso de liquidez no mundo. “Os retornos estão muito baixos em nível global. A questão é saber em que condições essas privatizações vão se dar, por conta da situação macroeconômica muito frágil e a incerteza política”, disse.

No caso da Eletrobras, Frischtak ressaltou que a modelagem definitiva não saiu, mas a melhor forma seria pulverizar o controle, e o governo manter uma golden share, como foi feito com a Embraer e a Vale. Para o especialista Rodrigo Leite, advogado do LVA, o governo estuda um limitador para aquisição das ações da Eletrobras, para não haver concentração nas mãos de um só investidor. “Isso vai resultar numa pulverização, que é positiva para investidor, mas não para empreendedor. Diminui o apetite dos chineses, por exemplo, que são megalomaniacos e querem controle”, analisou.

Negociação

Leite não tem dúvidas de que a estratégia do governo é aprovar a descotização, permitindo que a Eletrobras comercialize energia com preço de mercado. “Isso melhora a atratividade e gera uma dívida com a União, que precisa fazer frente ao deficit orçamentário”, afirmou. Ele ressaltou, no entanto, que o governo vai ficar refém do Congresso, pois precisa aprovar uma medida provisória. “Vai ter muita negociação e talvez seja necessário deixar de fora alguma subsidiária, como Chesf ou Furnas, para atender políticos. Porque, se não descotizar, ninguém vai levar a Eletrobras”, ponderou.

No caso do leilão da usina de Jaguará, marcado para 27 de setembro, os especialistas interpretaram o movimento do governo como uma pressão para resolver o embate com a Cemig. Ricardo Medina, especialista em infraestrutura do L.O. Baptista Advogados, destacou que a proposta da estatal mineira é absurda. “Querem comprar as usinas da União com dinheiro da União. Não faz sentido. Mas é preciso resolver as pendências judiciais para não prejudicar o processo de privatização”, alertou.

As usinas de Mariana, São Simão e Volta Grande, concedidas à Cemig por 20 anos, mas cujos contratos venceram este ano, também estão com leilão marcado para o mesmo dia de Jaguará. Porém, a Cemig, que não tem os R\$ 11 bilhões de outorga que o governo pede pelos quatro ativos, judicializou a questão e o processo está pendente de decisão do Supremo Tribunal Federal (STF).

“É necessário transferir para a iniciativa privada aquilo que o Estado já mostrou que não tem competência para gerir. Só assim o país vai conseguir eliminar gargalos de infraestrutura”

Cláudio Porto, presidente da Macroplan

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Infraestrutura

Autor: Paulo de Tarso Lyra

Título: Estratégia para acalmar investidor

Mesmo reconhecendo a necessidade das medidas, o anúncio feito pelo governo de privatizar o sistema Eletrobras e diversas outras estatais, incluindo a Casa da Moeda, foi feito para acalmar os investidores e sinalizar que o trem não saiu dos trilhos. O pacote de privatizações e concessões veio a público na semana seguinte ao desgastante debate de aumento da meta de déficit e em meio à dura negociação para tentar aprovar a reforma da Previdência.

Advogada, economista e uma das maiores especialistas em privatizações e setor elétrico no país, Elena Landau afirmou ao Correio ser inevitável que, em qualquer debate sobre venda de empresas estatais, a questão fiscal seja considerada. “As pessoas não levam em conta a realidade de que o teto de gastos não foi atingido. Mas, no caso da Eletrobras, isso também foi feito por ser necessário, pois a empresa estava perdendo valor de mercado”, afirmou ela.

A percepção de que o pacote foi anunciado meio que de improviso aumentou justamente porque ainda existe a necessidade de modelagem da proposta de privatização. Além disso, ninguém esperava essa notícia nesta semana. “Isso

acaba gerando incertezas quanto ao êxito das medidas”, afirmou um empresário do setor elétrico.

O analista de risco político da XP Investimentos, Richard Back, afirmou que o governo foi obrigado a tomar a medida porque o Congresso não entregou o pacote necessário de ajuste. “Existem incertezas quanto à aprovação da reforma da Previdência, e o ganho de receita com a MP do Refis caiu de R\$ 12 bilhões para R\$ 500 milhões”, lembrou.

Richard declarou que as propostas servem para acalmar os investidores, que tinham ficado preocupados com a perda do controle do teto de gastos. A equipe econômica do presidente Michel Temer confirmou, na semana passada, que o déficit vai perdurar até 2020, chegando, ao término daquele ano, a um patamar de aproximadamente meio trilhão de reais.

O imprevisto também poderá gerar outros problemas com a base aliada. O setor elétrico é um feudo antigo que está nas mãos do PMDB. O sistema Eletrobras sempre esteve sob o controle do ex-presidente do Senado José Sarney. A Eletronorte é controlada pelo senador paraense Jáder Barbalho (PMDB-PA). O ex-presidente da Câmara Eduardo Cunha, preso em Curitiba pela Operação Lava-Jato, tinha apadrinhado em Furnas.

Até mesmo peemedebistas com menos exposição no plano federal foram seduzidos por cargos no setor. Às vésperas da votação da denúncia por corrupção passiva na Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania (CCJ), o Planalto sinalizou a troca do presidente de Furnas para atender ao presidente da CCJ, Rodrigo Pacheco (PMDB-MG). A proposta, contudo, foi feita tarde demais e Pacheco nomeou Luiz Zveiter (PMDB-RJ) como relator na Comissão. Com distribuição de emendas e cargos, Temer conseguiu enterrar a denúncia na Casa.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Economia

Autor:

Título: Combustível pressiona IPCA-15

O estímulo ao consumo pelo governo ainda está longe de impactar o custo de vida. Ao longo de 30 dias encerrados em 15 de agosto, os custos com bens e serviços na economia subiram, em média, 0,35%. Essa é a variação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo 15 (IPCA-15) neste mês. O indicador, que é considerado uma prévia oficial da inflação, acumula um avanço de 2,68% em 12 meses. É a menor taxa observada para essa base de comparação desde março de 1999.

A falta de demanda na economia é uma das causas para o processo desinflacionário. Prova disso é que os gastos médios com vestuário caíram 0,29% nessa primeira metade de agosto, ou seja, registraram deflação. Mesmo a despesa média com alimentos apresentou queda. O grupo de alimentação e bebidas retrocedeu 0,65%. Os dois resultados foram menores do que o observado no IPCA-15 de julho.

O recuo de preços observado no grupo de alimentação e bebidas, por sinal, foi o principal responsável por evitar uma elevação maior do indicador. A alta de 0,35% em agosto ficou abaixo da mediana das expectativas esperada pelo mercado, de 0,40%. O desempenho levou muitos analistas a revisarem as projeções para o IPCA fechado de agosto.

Até o resultado de ontem, muitos especialistas trabalhavam com a hipótese de um processo de inflexão da curva de inflação em 12 meses, ou seja, a perspectiva era de que, nessa base de comparação, a taxa apresentasse uma alta em relação aos 2,71% observados no índice de julho. Mas, agora, a perspectiva é de que, ao fim do mês, a alta seja menor.

O analista de inflação da Tendências Consultoria Márcio Milan prevê uma elevação de 2,60% no acumulado do período de um ano encerrado em agosto. “A deflação de alimentos, de fato, contribuiu muito para essa perspectiva”, afirmou. Esse, no entanto, deve ser o mínimo que a curva de inflação atingirá nessa base de comparação. A partir de setembro, ela voltará a subir, puxada pelo grupo de alimentos, devido a um efeito de base de comparação.

A inflação só não foi menor por conta do reajuste autorizado pelo governo da alíquota de PIS/Cofins sobre os combustíveis, que subiram, em média, 5,96%. O aumento no preço da gasolina, por sinal, levou o economista Kleide Melo, 34 anos, a repensar estratégias para evitar gastos. “Eu uso muito o carro para trabalhar, então, estou ficando mais em casa. E, quando vou sair, penso duas vezes antes de colocar o veículo na rua”, afirmou. (RC e AP)

Cresce gasto de brasileiros no exterior

Com o dólar mais barato em relação ao real, os gastos líquidos de brasileiros em viagem ao exterior aumentaram mais de 60% em julho em relação ao mesmo mês do ano passado. Dados divulgados ontem pelo Banco Central mostraram que os turistas deixaram em outros países US\$ 1,44 bilhão em julho. Nesse mesmo mês em 2016, tinham sido US\$ 895 milhões. Os valores representam a diferença entre o que os brasileiros gastam efetivamente no exterior e o que os turistas estrangeiros despendem no Brasil. Em julho, os gastos totais dos

brasileiros foram de US\$ 1,89 bilhão, enquanto os estrangeiros deixaram aqui US\$ 440 milhões. De janeiro a julho, essa conta de viagens já está deficitária em US\$ 7,19 bilhões — um rombo 68% maior que o verificado no mesmo período do ano passado.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Opinião

Autor:

Título: Estado mais leve

As sucessivas crises econômicas mostram que o Estado brasileiro é gigante. Concentra atividades que poderiam ser tocadas pela iniciativa privada sem prejuízo para os consumidores. Hoje, para manter a engrenagem em funcionamento, o contribuinte é pressionado, cada vez mais, por uma carga tributária crescente. Em contrapartida, a qualidade dos serviços públicos está em decadência. O pouco que funciona não supre às necessidades do cidadão. Reduzir as despesas da União é a opção para eliminar o rombo das contas públicas e direcionar os recursos para setores essenciais, como educação, saúde e segurança.

A retomada do Programa Nacional de Desestatização (PND) começa com a venda da Eletrobras e se estenderá a outras estatais. No total, serão 57 projetos de privatizações e concessões, entre os quais o Aeroporto de Congonhas, portos, a Casa da Moeda, rodovias e linhas de transmissão de energia. O modelo de venda está em estudo. São estatais que pesam nas contas da União, servem de cabide de emprego e guetos de negociações políticas, que em nada contribuem para a melhoria dos serviços prestados à sociedade.

Exemplos do passado mostram que a medida é a mais acertada para a modernização do Estado. Foi assim com o sistema de telefonia na década de 1990. Hoje, o país é servido pelo sistema móvel de comunicação a preços acessíveis a todas as classes econômicas. Em relação à Eletrobras, a equipe econômica assegura que a mudança não implicará aumento da tarifa de energia elétrica. Especialistas refutam e preveem que, no primeiro momento, o consumidor sentirá impacto na conta. A longo prazo, porém, os valores tendem a cair e haverá melhora na oferta do serviço.

Mas, no setor energético, o Brasil é privilegiado com as opções ofertadas pela natureza. Há espaço para o avanço de outras fontes de energia, tais como eólica e solar, que precisam de incentivos do governo para conquistarem maior fatia do setor e completarem a oferta hidrelétrica. Acabar com os elevados subsídios é forma adequada de trazer à realidade os custos do setor elétrico e estabelecer política de universalização do serviço.

Em todo o processo de privatização, que diminui o custo do Estado, será preciso rever o trabalho das agências reguladoras, de modo que sejam mais eficientes no cumprimento da missão que lhes foi reservada. Hoje, o desempenho delas é insatisfatório. As queixas contra as companhias de telefonia, sobretudo, não têm resposta positiva para os usuários. A desestatização tornará a máquina pública mais leve, mas exigirá fiscalização eficiente e rigorosa em defesa dos direitos e interesses da sociedade.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Daniel Rittner | Brasília

Título: Privatizar é bom, mas olhando apenas o caixa vira um perigo

Os livros de ensino médio costumam resumir a história contemporânea com simplificações, mas atendo-se ao que é verdadeiramente importante contar para jovens estudantes. Daqui a algumas décadas, quando for preciso condensar os tempos de FHC-Lula-Dilma-Temer em dois capítulos, talvez não haja linhas suficientes para descrever o processo de privatização em setores-chave da infraestrutura brasileira.

Mas poderia se dizer mais ou menos assim: nos anos 90, diante da necessidade de estabilização da economia e com juros altíssimos, o governo FHC vendeu ativos preciosos e usou o dinheiro para conter minimamente a explosão da dívida pública.

O tucano acertou e errou. É quase consenso o sucesso na privatização das teles. Já a desestatização da Rede Ferroviária Federal (RFFSA), feita aos trancos e barrancos para evitar novos prejuízos e levantar algum caixa, deixou problemas incontornáveis de regulação. Basta dizer que mais de 60% da malha hoje está completamente abandonada. As ferrovias não se expandem e concessionárias cobram só um pouco abaixo do frete por caminhão, no limite do que podem.

Além do ranço ideológico, Lula não precisava de dinheiro com privatizações. Surfou no superciclo das commodities e conseguiu colher os frutos de uma saudável formalização da economia, com pleno emprego e aumento da arrecadação. Para que enfrentar sindicatos e a clientela petista se vivíamos a ilusão da megalomania dos investimentos estatais?

Com Dilma, os preços do minério e da soja despencaram, a economia perdeu fôlego, e ela aguentou-se enquanto não radicalizava suas manobras fiscais. Para reeleger-se, levou a estratégia ao limite, pedalando despesas para manter sensação térmica de crescimento econômico que não condizia com a temperatura fora do ar-condicionado. O resultado é conhecido.

Na infraestrutura, admitindo que o Estado não tinha dinheiro nem agilidade para tocar grandes projetos, Dilma trocou o PAC pelo PIL. Aceitou o investimento privado, mas nunca se entregou de coração. Resultado: um plano de concessões com contratos mal feitos, duplicações de rodovias que nunca saíram do papel, um modelo esquisito para novas ferrovias que desagradou o mercado. Pelo menos, por causa da Copa do Mundo e da Olimpíada, ganhamos aeroportos que fazem sentir-nos no primeiro mundo, com lojas bacanas, corredores iluminados, embarque sem ônibus irritantes. Que as concessionárias vencedoras dos leilões tenham pago ágios malucos e hoje estejam com risco de quebrar torna-se mero detalhe?

Temer trocou o PIL pelo PPI - maldita sopa de letrinhas! -, criou uma força-tarefa para coordenar as privatizações, acredita de corpo e alma no papel do capital privado na infraestrutura. O mercado adora e aplaude. "Mas perdemos a racionalidade e agora discutimos tudo sob o prisma fiscal", resigna-se um técnico do governo que, antes entusiasmado com a modelagem das novas concessões, vê agora uma pressão gigantesca da equipe econômica por vender tudo o que for possível. Brinca que o Planalto hoje só pensa em três coisas: fazer caixa, fazer caixa, fazer caixa.

Fazer o leilão de Congonhas? Ótimo. Vão chover interessados. O terminal fica mais bonito. Melhoram-se as condições operacionais. Poucos sabem que as companhias aéreas deixam um avião parado no pátio para lidar com imprevistos e não serem punidas por atrasos nos voos. A gestão privada pode ajudar muito, certamente. Mas e o passageiro de Rio Branco, de Campo Grande ou de Teresina? Fica com uma Infraero em frangalhos e sem caixa para o básico? Vende-se o filé mignon, cobre-se um pouco do rombo e deixa-se o osso para o Estado, sem pensar na regulação.

Privatizar a Eletrobras é boa ideia. Chega de deputado indicando presidente da Chesf e senador mandando em Furnas. Mas uma pergunta incomoda: será que é mesmo certo uma usina hidrelétrica construída no início do século passado, totalmente amortizada, cobrar tarifa mais cara do que o megawatt-hora de Belo Monte ou de Jirau? "Descotizar", na prática, significa mais ou menos isso. Resolve-se o dilema jogando a culpa na Dilma, e pronto. Não seria legar à próxima geração os erros cometidos na privatização da RFFSA, nos anos 90, porque afinal precisamos dar um jeito de cobrir o rombo de 2018? A resposta não cabe em um livro de história do ensino médio.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Rafael Rosas e André Ramalho | Do Rio

Título: ANP aprova inscrição de mais sete petroleiras na 14ª rodada

A Comissão Especial de Licitação da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) aprovou ontem a inscrição de mais sete empresas na 14ª rodada de licitações, marcada para 27 de setembro no Rio de Janeiro.

Até o momento a ANP já aprovou a inscrição de 28 empresas para participação na 14ª Rodada e outras oito aguardam a análise da agência. Essa análise deve ocorrer na próxima reunião da comissão de licitação, marcada para amanhã.

Das sete empresas aprovadas ontem, quatro são estrangeiras - Capricorn Brasil Petróleo e Gás (Índia), Gran Tierra Energy Brasil Ltda. (Canadá), Rosneft Brasil E&P Ltda. (Rússia) e Tek Óleo e Gás Ltda. (China) - e três brasileiras (Alvopetro, Bertek e Parnaíba Gás Natural). Já estavam inscritas as brasileiras Petrobras, Great Energy, Imetame Energia, Petro-Victory Energia, Phoenix Empreendimentos, Queiroz Galvão Exploração de Produção, Munks e Vipetro e outras 13 estrangeiras, entre as quais BP, Shell, Total, Repson e CNOOC.

Também ontem, a ANP publicou os editais e modelos dos contratos da 2ª e 3ª rodadas de partilha do pré-sal, previstas para 27 de outubro. O prazo para pagamento do bônus de assinatura das áreas foi fixado em 11 de dezembro, garantindo a entrada dos recursos no caixa da União este ano. As oito áreas ofertadas nas licitações totalizam R\$ 7,75 bilhões em bônus.

As petroleiras têm até 8 de setembro para manifestarem interesse nos leilões. O **Valor** apurou que entre as empresas que monitoram os leilões estão, além da Petrobras, a Exxon e a Chevron, que não operam no pré-sal, e a chinesa CNOOC, uma das sócias do projeto de Libra, na Bacia de Santos.

Jorge Camargo, presidente do Instituto Brasileiro do Petróleo (IBP), disse estar otimista com o sucesso dos leilões. Ele destaca que a extensão do Repetro (regime aduaneiro especial para o setor de óleo e gás) até 2040 foi o mais recente "avanço regulatório" anunciado pelo governo, às vésperas das rodadas. A percepção no mercado é que os contratos e editais das rodadas do pré-sal deste ano não trazem grandes surpresas e que as principais barreiras aos investimentos não estavam necessariamente atreladas ao contrato.

"Vejo as empresas animadas com o pré-sal do Brasil. Os contratos e editais de partilha não vieram com grandes mudanças, mas o contrato nunca chegou a ser uma grande barreira ao investimento. As principais barreiras estavam na operação única da Petrobras no pré-sal, no conteúdo local alto", avalia o diretor da Accenture Strategy, Matheus Nogueira, que vê o fim da exclusividade da Petrobras no regime de partilha, a extensão do Repetro e a flexibilização do conteúdo local como importantes avanços regulatórios.

Na 2ª rodada, serão oferecidas quatro áreas da União, adjacentes a descobertas que extrapolam os limites de suas concessões - as chamadas áreas unitizáveis de Gato do Mato, Carcará, Sapinhoá (Bacia de Santos), e Tartaruga Verde (Campos). A 3ª rodada ofertará Pau Brasil, Peroba e Alto de Cabo Frio Oeste e Alto de Cabo Frio Central, no pré-sal de Santos e Campos.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Ribamar Oliveira

Título: Decisão do STF começa a afetar a receita

O governo está enfrentando novo problema na área tributária. Em julho, a Receita Federal identificou um "vazamento" na receita do PIS e da Cofins, que ficou bem abaixo daquela registrada no mesmo mês do ano passado.

A explicação da área técnica é que a forte queda da receita do PIS/Cofins está relacionada com a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), tomada em março deste ano, que excluiu o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) da base de cálculo dos dois tributos.

O efeito negativo da decisão já era esperado, mas começou a ser registrado a partir do mês passado. Com a redução da base de cálculo, as empresas estão pagando menos PIS/Cofins. Assim, o governo está diante de uma questão delicada.

Em julho, houve forte queda da arrecadação do PIS/Cofins

Tecnicamente, seria necessário aumentar a base de cálculo, ou as alíquotas dos dois tributos, para que a receita obtida fique no mesmo nível daquela que ocorria antes da decisão do STF. Do contrário, argumentam técnicos oficiais, haveria uma redução da carga tributária das empresas em um momento de forte queda da arrecadação da União. O problema é propor essa recomposição do PIS/Cofins no momento em que os principais líderes governistas não querem ouvir falar em elevar impostos.

Dados preliminares do Siafi, o sistema eletrônico que registra todas as receitas e despesas da União, mostram que a arrecadação tributária em julho foi muito ruim, tendo ficado bem abaixo do que estava previsto pelo governo no decreto de programação orçamentária e financeira. Houve queda generalizada, incluindo o Imposto de Renda (IR) e a Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL), além do PIS/Cofins.

A receita do IR e da CSLL está sendo afetada, principalmente, pela redução dos pagamentos feitos pelas instituições financeiras. Os bancos estão pagando menos IR e CSLL por causa do lançamento de provisões para fazer face ao elevado nível de inadimplência de seus clientes - a chamada provisão para devedores duvidosos (PDD). De janeiro a junho deste ano, o valor pago pelos bancos com esses dois tributos ficou quase 6% menor do que no mesmo período do ano passado.

A arrecadação está sendo afetada também pela demora na definição do novo Refis - o programa de pagamento de dívidas tributárias com redução de juros e multas. As empresas não aderem ao programa definido pelo governo por medida provisória, na esperança de que o Congresso aumente ainda mais os descontos de juros e multas para quem pagar suas dívidas.

A perspectiva da arrecadação tributária federal no próximo ano também não é boa. A Receita Federal considera que as demais empresas, e não apenas os bancos, continuarão utilizando os prejuízos registrados nos dois anos de recessão para reduzir o imposto devido, o que afetará as receitas do IR e da CSLL. A decisão do STF sobre o ICMS continuará diminuindo a arrecadação do PIS/Cofins, a menos que o governo consiga recompor a base dos dois tributos.

Na semana passada, o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, chamou a atenção para a diminuição da receita em virtude da forte queda da inflação dos últimos meses. O ministro chegou a quantificar esse efeito. A estimativa da arrecadação tributária foi reduzida em cerca de R\$ 19 bilhões neste ano apenas por causa da queda da inflação. Pelo mesmo motivo, o governo reduziu a previsão de receita para 2018 em R\$ 23 bilhões.

A arrecadação deve cair também no próximo ano porque o valor do faturamento para que as empresas sejam enquadradas no Super Simples será elevado dos atuais R\$ 3,6 milhões para R\$ 4,8 milhões.

O economista José Roberto Afonso, especialista em finanças públicas, destaca outro fenômeno. A queda da receita decorrente da forte redução da Selic, a taxa básica de juros da economia, pelo Banco Central. Segundo Afonso, a variação da arrecadação federal do setor financeiro está colada com a Selic.

Mesmo com a economia em recuperação, o governo projeta uma forte queda da receita total da União no próximo ano, na comparação com este ano. O governo propôs uma mudança nas metas fiscais de 2017 e 2018. O projeto de lei com essas alterações prevê que a receita total da União ficará em 20,14% do Produto Interno Bruto (PIB) no próximo ano, contra 20,80% neste ano.

A queda da arrecadação será, portanto, de 0,66 ponto percentual, o que é extremamente elevado, principalmente quando se leva em consideração que a previsão oficial é de que a economia crescerá 2% em 2018, enquanto a expansão neste ano ficará em torno de 0,5%.

A difícil situação das receitas tributárias explica por que o governo deslançou um forte programa de desestatização e de concessões. Como as despesas obrigatórias não param de subir, as contas só fecharão, mesmo com o elevado déficit projetado, com o auxílio de grandes receitas extras.

Privatização da Eletrobras precisa de mudança de lei

Embora alguns ministros estejam afirmando que a privatização da Eletrobras não exigirá aprovação pelo Congresso Nacional, a área jurídica do governo ainda tem dúvidas sobre esta questão. Questionada pelo **Valor**, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) considerou "provável" que a lei que criou a Eletrobras tenha que ser mudada.

Em seu Artigo 7º, a Lei 3.890-A, de 1961, determina, expressamente, que nas emissões de ações ordinárias, a União terá que subscrever o suficiente para lhe garantir o mínimo de 51% do capital votante.

A privatização da Eletrobras proposta pelo governo prevê que, no processo de aumento de capital da empresa que será realizado em breve, a União não subscreva ações ordinárias. Desta forma, ela perderá o controle acionário da companhia. Ou seja, a desestatização não será feita por meio da venda de ações que a União tem da Eletrobras.

A questão que está colocada para a área jurídica do governo é se a União pode fazer isso, quando a lei que criou a Eletrobras a obriga, expressamente, a subscrever ações no montante suficiente para manter o controle da empresa. Se a privatização tiver que ser aprovada pelo Congresso, é possível que ocorram resistências políticas até mesmo dentro da base parlamentar do governo.

Ribamar Oliveira é repórter especial e escreve às quintas-feiras

E-mail: ribamar.oliveira@valor.com.br

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Daniel Rittner | De Brasília

Título: Temer libera área do tamanho da Suíça para exploração mineral na Amazônia

Com um mês de atraso em relação ao esperado, o presidente Michel Temer aprovou ontem a abertura de um território de 47 mil quilômetros quadrados para exploração mineral entre o norte do Pará e o sul do Amapá. A liberação da área pode acirrar conflitos entre a atividade minerária, a conservação da biodiversidade e os direitos indígenas numa região de tamanho superior à de toda a Suíça, advertem ambientalistas.

A Reserva Nacional do Cobre e Associados (Renca) foi criada em 1984, nos suspiros finais da ditadura militar, como tentativa de manter sob controle do Estado a exploração do minério. Os planos de desenvolver jazidas ali não prosperaram e agora um decreto presidencial liberou essa província mineral para investidores privados. A ideia do governo é atrair interessados em metais como ouro, zinco, fosfato, terras raras e o próprio cobre.

As mineradoras aguardam a extinção da Renca, que impedia o desenvolvimento de projetos privados, na cerimônia marcada no Palácio do Planalto para o anúncio do pacote de medidas do setor. Temer assinou três medidas provisórias na solenidade, que ocorreu em 24 de julho, mas surpreendeu as empresas ao deixar de fora a liberação da área na região amazônica. O decreto só foi publicado na edição de hoje do "Diário Oficial da União".

Estudo feito pelo WWF-Brasil, no entanto, indica que a busca por acelerar investimentos na região pode ensejar uma floresta de novos conflitos. O levantamento identifica nove áreas protegidas dentro do perímetro da antiga Renca: há três unidades de conservação de proteção integral (destinadas exclusivamente à preservação dos recursos naturais), quatro unidades de conservação de uso sustentável (que podem ser exploradas mediante um plano de manejo apontando claramente quais as atividades permitidas) e duas terras indígenas (onde a proibição é total).

Apesar do apelo econômico, o desenvolvimento da atividade minerária pode trazer impactos indesejáveis para áreas protegidas dentro da antiga Renca, como explosão demográfica, desmatamento, comprometimento dos recursos hídricos, perda de biodiversidade e conflitos fundiários, de acordo com o WWF.

Segundo o texto do decreto presidencial, assinado também pelos ministros Sérgio Etchegoyen (Gabinete de Segurança Institucional) e Fernando Coelho Filho (Minas e Energia), a liberação da área "não afasta a aplicação de legislação específica sobre proteção da vegetação nativa, unidades de conservação da natureza, terras indígenas e áreas em faixa de fronteira".

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Empresas****Autor: Daniel Rittner | De Brasília****Título: Eletrobras privada reforça tarifa realista em novas usinas, diz EPE**

A transformação da Eletrobras em uma companhia controlada por acionistas privados não inviabiliza novos projetos estruturantes no setor elétrico, da dimensão de megausinas como Belo Monte (PA) e Jirau (RO), mas reforça a necessidade de que seus custos sejam mais bem explicitados para a sociedade, afirmou o presidente da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), Luiz Barroso, em entrevista ao **Valor**.

Sem os empréstimos subsidiados do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que também acabaram, ele só enxerga a aprovação de financiamento por instituições comerciais para projetos "sustentáveis" do ponto de vista econômico e ambiental. Isso aumentará a qualidade dos empreendimentos, observa o presidente da EPE, responsável pelo planejamento do setor.

"Como o financiamento privado será mais criterioso, é possível que tenhamos projetos mais robustos sendo materializados. Só vão ser aprovados pelos comitês de crédito dos bancos aqueles projetos com sustentabilidade técnica, econômica, regulatória e ambiental", acredita Barroso.

Matemático de formação e ex-diretor da consultoria PSR, uma das mais renomadas no setor elétrico, ele sustenta que as grandes hidrelétricas leiloadas nos governos dos ex-presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff só têm tarifas relativamente baixas porque estarem amparadas em uma combinação de fatores que já não existe mais: financiamento barato do BNDES, taxas de retorno "patrióticas" assumidas pela Eletrobras, participação dos fundos de pensão para completar a sociedade quando necessário e ausência dos custos de transmissão no cálculo da tarifa.

O plano decenal em consulta pública não prevê nenhuma nova usina de grande porte na região amazônica

O plano decenal de energia colocado em consulta pública pela EPE não prevê nenhuma nova usina de grande porte para a região amazônica nos próximos dez anos. Barroso esclarece que isso não significa a inexistência de viabilidade. Só pontua a necessidade de mudança na abordagem. "Tudo continua sendo viável, mas a um custo diferente, com tradução no preço da energia", afirma.

"Para saírem do papel, os projetos precisam fazer sentido. Os projetos com caráter desenvolvimento precisam estar dentro de um marco de política pública talvez mais direcionado, mas certamente com seus custos mais explícitos para a sociedade", acrescenta Barroso. "Para erguer uma nova Belo Monte, o governo pode criar uma taxa de financiamento zero, pagamento em cem anos, incentivo fiscal em todos os equipamentos. É uma escolha da sociedade. Só precisa estar claro."

Um levantamento do fundo Radar 3G, acionista minoritário da Eletrobras, mostra que houve um acréscimo de R\$ 15 bilhões nos orçamentos inicialmente previstos das megausinas com participação direta da companhia - Jirau e Santo Antônio, as duas hidrelétricas no rio Madeira, e Belo Monte. De R\$ 61 bilhões, o custo delas saltou para R\$ 76 bilhões. A taxa de retorno, que deveria ser de 7% a 8% ao ano, caiu para algo entre -1% e zero por conta do estouro orçamentário e dos atrasos nas obras. Elas também foram mencionadas por delatores na Operação Lava-Jato como fontes de corrupção em contratos com as empreiteiras.

O efeito da alocação ineficiente de recursos levou a Eletrobras praticamente à bancarrota, segundo o presidente da estatal, Wilson Ferreira Júnior. Quando ele assumiu a companhia, em julho do ano passada, a dívida representava cerca de nove vezes o Ebitda. Na Oi, que tem o maior processo de recuperação judicial da história do país, a relação era de seis vezes. "O que isso significa? Que falimos em algum momento do passado e não reconhecemos", diz o executivo.

Em reunião no Palácio do Planalto, o conselho de ministros do PPI aprovou ontem a privatização da Eletrobras

Uma autoridade do setor compara a Eletrobras, sob gestão de Ferreira, com um "leão manso". Agora, conforme ressalta essa fonte, ela é bem gerida e relativamente blindada de ingerência política. Mas ninguém sabe por quanto tempo isso continuará e se o leão não se torna "feroz" novamente. A privatização garante que essa blindagem, uma administração profissionalizada, e o mercado já teria precificado essa percepção no aumento das ações.

Em reunião no Palácio do Planalto, sob comando direto do presidente Michel Temer, o conselho de ministros do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) aprovou ontem a privatização da Eletrobras. A modelagem deve estar pronta até o fim deste ano e a operação será concretizada no primeiro semestre de 2018.

O ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho, informou que haverá venda direta de ações detidas pela União na Eletrobras apenas se a diluição da participação do governo for insuficiente para a perda do controle societário.

Segundo ele, o modelo discutido inicialmente não prevê a oferta de ações da União no mercado de capitais. "Não é a proposta inicial", comentou Coelho Filho, acrescentando que o detalhamento será discutido na semana que vem pela sua pasta, junto com os ministérios da Fazenda e Planejamento.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Fernando Torres, Victória Mantoan e Camila Maia | De São Paulo

Título: Eletrobras tem R\$ 64 bi de contingências

Investidores interessados em comprar fatias relevantes do capital da Eletrobras deverão olhar com lupa os potenciais passivos com os quais terão que lidar, mas ainda não foram reconhecidos como tal no balanço.

O governo anunciou esta semana o interesse na privatização da elétrica, que tem ao menos R\$ 64,5 bilhões em contingências para as quais a empresa e suas subsidiárias não contavam com provisionamento em junho.

Além disso, existem potenciais riscos para os quais sequer há valor previsto, como a "class action" (ação coletiva) de que a empresa é alvo nos Estados Unidos desde 2015 por conta da operação Lava Jato. Se for condenada, a Eletrobras pode ter de indenizar um grupo de compradores de recibos das ações da companhia (ADRs) na bolsa de Nova York.

Maior parte do valor refere-se a disputas cíveis - R\$ 51,1 bilhões; enquanto o contencioso tributário é de R\$ 9,1 bi

A empresa foi acusada de violar leis do mercado de capitais americano, sob alegação de que a Eletrobras se envolveu em um esquema "massivo de corrupção e propina", que atingiu administradores dentro da empresa e do governo brasileiro, sendo citados pagamentos de propina nos projetos Angra 3, Belo Monte e Jirau.

A ação está na fase de certificação da classe, com calendário previsto até novembro deste ano - que envolve a apresentação de defesa da empresa e de resposta dos investidores. Essa etapa tem potencial para determinar a proporção do prejuízo de uma eventual indenização. O juiz terá que avaliar se os investidores que litigam contra a empresa formam um grupo com características homogêneas, que permitam que sejam considerados uma "classe" do ponto de vista legal.

O primeiro ajuizamento representava investidores que compraram ADRs entre 10 de fevereiro de 2014 e 29 de abril de 2015. Houve a entrada de uma segunda

ação, porém, consolidada no processo, ainda naquele ano, englobando investidores que compraram os recibos das ações desde 17 de agosto de 2010 até 24 de junho de 2015, um período significativamente maior. O aumento potencial do risco se deve ao fato de uma possível indenização ser proporcional ao período da classe, já que envolveria mais investidores.

A Eletrobras informa ainda que em junho contava com R\$ 64,5 bilhões em contingências não provisionadas no balanço consolidado (que inclui dados das suas subsidiárias). A maior parte delas se refere a disputas cíveis, de R\$ 51,1 bilhões, enquanto o contencioso tributário soma R\$ 9,1 bilhões e o trabalhista, R\$ 4,3 bilhões.

Considerando apenas os dados da holding, são R\$ 17 bilhões não provisionados, dos quais R\$ 13,4 bilhões em questões cíveis, R\$ 2,7 bilhões em trabalhistas e R\$ 907 milhões em tributárias. O valor de mercado da empresa na bolsa ontem era de R\$ 26 bilhões.

A maior causa cível se deve a uma ação civil pública com valor estimado de R\$ 25 bilhões, movida pela Associação Nacional de Consumidores (Andeco) contra as distribuidoras de energia controladas pela Eletrobras no Acre, Amazonas, Alagoas, Piauí, Rondônia e Roraima.

A autora alega que é ilegal ratear entre os consumidores adimplentes as perdas não técnicas, que são aquelas decorrentes de fraudes, furtos, erros de medição, faturamento e fornecimento sem medição, ainda que a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) permita isso na sua regulamentação tarifária.

O caso corria na justiça local de Brasília, mas foi transferido para a Justiça Federal e ainda está na fase de apresentação de defesa. Outra ação relevante contra a empresa foi movida pela Associação Brasileira de Consumidores de Água e Energia Elétrica e que pede que o empréstimo compulsório (valor que era cobrado na conta de luz pela empresa em décadas passadas) seja convertido pelo valor de mercado das ações, e não pelo valor patrimonial. O contencioso tinha valor estimado de R\$ 3,5 bilhões em junho, mas a Eletrobras avalia que a pretensão não é cabível e que a jurisprudência sobre o caso está a seu favor.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Cláudia Schüffner e Rodrigo Polito | Do Rio

Título: Investigações da Lava-Jato podem afetar companhia

Apesar da euforia do mercado com a privatização da Eletrobras, vista como um avanço na governança da estatal, ela ainda traz riscos relevantes para os investidores relacionados a investigações em curso pela Lava-Jato. A própria empresa está conduzindo uma investigação interna presidida pela ex-ministra do Supremo Tribunal Federal (STF) Ellen Gracie e que vem recebendo algumas críticas veladas. Uma fonte ouvida pelo **Valor** observou que os gastos com a investigação externa, que conta com a participação do escritório americano Hogan Lovells, são altos, sem que os resultados conhecidos sejam relevantes.

A Eletrobras já afastou o ex-diretor de geração, Valter Cardeal, e também Adhemar Palocci, irmão do ex-ministro da Fazenda, que era diretor da Eletronorte. Em Furnas, onde era grande a influência do ex-deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ), a única investigação conhecida é do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ), que fez uma operação batizada de "Barão Gatuno", que investiga o investimento na hidrelétrica Serra do Facão. O MPRJ ajuizou ação contra 14 funcionários da estatal, incluindo Valter Cardeal, ex-diretor da Eletrobras que presidia o conselho da subsidiária. A operação teria beneficiado o ex-deputado Eduardo Cunha.

Segundo o MPRJ, o conselho de Furnas "promoveu compulsoriamente" a entrada da empresa Companhia Energética Serra da Carioca II na companhia Serra do Facão Participações durante a gestão do Luiz Paulo Conde, ex-prefeito do Rio, na presidência da estatal. Furnas tem 49,47% da usina. Segundo a denúncia, a entrada do novo sócio se deu à revelia da orientação da diretoria financeira. A Eletrobras informou, este mês, que vai buscar ressarcimento caso sejam comprovadas irregularidades em Serra do Facão.

Estatual já teve diretores afastados após as investigações, mas participação minoritária atrapalha

"É do interesse da holding colaborar e auxiliar o processo investigativo, de forma a englobar o empreendimento de Furnas na ação em curso na companhia e buscar ressarcimento caso sejam identificadas irregularidades", afirmou a empresa em nota explicativa no balanço do segundo trimestre. Na Eletronorte quem saiu foi Adhemar Palocci, irmão do ex-ministro da Fazenda. Ex- diretor de Planejamento e Engenharia, ele foi afastado em 2015 e depois preso na 36ª fase da Lava-Jato.

Ao divulgar o balanço do segundo trimestre, a Eletrobras informou que vai buscar ressarcimento caso sejam comprovadas irregularidades. O fato de a Eletrobras ter participação minoritária em diversos empreendimentos vem dificultando as investigações. Essa por exemplo foi a razão alegada pelo sócios da Madeira Energia - Odebrecht, Andrade Gutierrez e FI-FGTS - para barrar na Justiça o pedido de informações sobre a obra da hidrelétrica de Santo Antonio.

Na delação da Odebrecht, que já chegou ao Rio, a hidrelétrica foi citada por seis executivos.

Em Belo Monte o sobrepreço encontrado supera R\$ 3 bilhões. Segundo fontes do **Valor**, a Eletrobras também encontrou indícios de irregularidades nas obras das usinas Teles Pires, São Manuel e Tumarín, na Nicarágua, que foi vendida. A empresa também reconhece que o resultado final do julgamento das ações (class action) nos Estados Unidos podem ter efeito adverso relevante em suas demonstrações financeiras.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Fernando Torres | De São Paulo

Título: Sem venda de ações existentes, União terá controle minoritário

O governo não alcançará o objetivo de tornar o capital da Eletrobras pulverizado no mercado - modelo adotado pela Embraer na década passada e mais recentemente pela Vale - apenas com a estratégia anunciada de realizar um aumento de capital na empresa e se deixar diluir, sem vender ações que possui hoje na empresa.

Considerando o valor de mercado da empresa na terça-feira, de R\$ 29 bilhões, e a fatia de 63% no capital total detida direta e indiretamente pela União, um aumento de capital de R\$ 20 bilhões deixaria o governo com 37% das ações da empresa, por exemplo. Com um aumento de capital de R\$ 30 bilhões, a fatia ficaria em 31%. "Como você vai dizer que é o investidor privado que manda, com o governo tendo essa participação", questiona um gestor de recursos de terceiros.

Nesse modelo, a Eletrobras deixaria de ser juridicamente uma estatal, já que o poder público não teria a maioria absoluta das ações com direito a voto, mas a União ainda seria a maior acionista da empresa, com poder para indicar a maioria de seus conselheiros em assembleia. É uma situação que costuma caracterizar "controle minoritário", já que é muito difícil os demais acionistas se organizarem para ter um poder político maior na tomada de decisões.

Essa influência do governo ficará ainda mais clara se a revisão do estatuto da empresa incluir alguma previsão de limitação de participação acionária ou de voto que não valha para a União.

Para que a fatia governamental caia abaixo de 20% apenas com aumento de capital, patamar acima do qual a Lei das S.A. presume influência relevante e exige tratamento da investida como coligada, a Eletrobras teria que emitir ações

a um preço muito inferior ao de mercado ou receber aumento de capital superior a R\$ 60 bilhões.

Isso não deve ocorrer, contudo, porque só faz sentido a empresa aumentar o capital se ela tiver um destino para o recurso. Os R\$ 20 bilhões, conforme se anunciou, seriam usados para comprar o direito de exploração da concessão de 14 usinas que hoje são operadas pela estatal como prestadora de serviço.

Quanto mais as ações da Eletrobras subirem no mercado antes do aumento de capital planejado, mais difícil será para o governo ser diluído e perder poder de fato - sem a venda direta de ações no mercado.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Stella Fontes e Renato Rostás | De São Paulo

Título: Grandes consumidores apoiam privatização da Eletrobras

Grandes indústrias eletrointensivas receberam de forma positiva, num primeiro momento, o plano do governo federal de privatizar a Eletrobras. A medida, avaliam as empresas, fortalecerá o sistema e eliminará componentes políticos que interferem no dia a dia de importantes fornecedoras de energia no país, como Chesf e Furnas. "A primeira impressão é que essa medida é bastante positiva", disse a diretora de Economia e Estatística da Associação Brasileira da Indústria Química (Abiquim), Fátima Giovanna Coviello Ferreira.

De acordo com Fátima Giovanna, uma empresa de capital privado pode ter objetivos mais alinhados à indústria, com governança e processo administrativo mais fortes. A depender do modelo de venda, porém, há risco de aumento de custo ao consumidor final no curto prazo. No longo prazo, por outro lado, pode haver redução de encargos, que hoje representam metade da tarifa, com uma empresa privada como gestora, o que poderia se refletir em preços mais baixos.

A percepção positiva sobre essa medida, pondera a diretora da Abiquim, ainda é inicial, uma vez que ainda há muitas lacunas de informação sobre o processo. "Mas a expectativa para o futuro é bastante positiva", acrescentou.

Para uma grande empresa consultada pelo **Valor**, a proposta de privatização da Eletrobras traz mais ganhos que riscos. Há dúvidas quanto ao modelo e os futuros gestores, mas não há preocupação, neste momento, quanto ao cumprimento de contratos vigentes, como aqueles firmados com a Chesf que garantem energia mais barata a empresas eletrointensivas do Nordeste.

Em junho de 2015, a então presidente Dilma Rousseff editou a Medida Provisória 677, que prorrogou contratos especiais da Chesf celebrados na década de 70 e com vencimento naquele mesmo mês. Com isso, foram estendidos até fevereiro de 2037 acordos de fornecimento de energia a preços mais baixos a indústrias do Nordeste com alto consumo.

A medida foi aprovada quatro meses depois pela Câmara dos Deputados e, originalmente, atendia apenas às eletrointensivas nordestinas. No entanto, o texto foi modificado para incluir empresas de Minas Gerais, São Paulo e Goiás. A MP está entre aquelas cuja aprovação no Congresso envolveu pagamentos a parlamentares, segundo delação premiada do ex-diretor de Relações Institucionais da Odebrecht Cláudio Melo Filho, à Operação Lava-Jato.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Rafael Bitencourt | De Brasília

Título: Aneel refuta crítica de que a agência prejudica a estatal

O ganho de eficiência e produtividade esperado na Eletrobras, como resultado do processo de privatização anunciado pelo governo, é visto com bons olhos pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). Mas o diretor-geral do órgão regulador, Romeu Rufino, considera que, institucionalmente, pouco importa para a autarquia se a companhia será assumida por um controlador privado.

"Não temos nenhum preconceito em relação a isso. Se é uma estatal federal ou de qualquer Estado, se é multinacional, isso não faz a menor diferença. No setor, temos estatais que são eficientes e outras não. E nem todas privadas alcançam o nível de eficiência esperado, tanto é que a Aneel já fez intervenção que levou a mudança no controle de companhias", afirmou Rufino ao **Valor**.

Com essa posição, o diretor da Aneel tenta se manter distante da abordagem ideológica que costuma contaminar as discussões sobre privatização em torno da companhia. Atualmente, o órgão regulador tem recebido críticas por ter aplicado duras penalidades à Eletrobras pelo histórico de má gestão dos fundos setoriais. O mercado considera que essa iniciativa impõe dificuldade ao andamento das negociações de dívidas com a Petrobras, envolvendo a compra de combustíveis para térmicas da região Norte, e gera incerteza aos investidores interessados na mudança de controle.

Respondendo especialmente aos ataques da ex-presidente do conselho de administração da Eletrobras, Elena Landau, Rufino assegurou que continuará cobrando o passivo levantado pelas equipes de fiscalização nos fundos. Respeitada no mercado, a executiva ficou conhecida por integrar o núcleo de

privatizações do governo Fernando Henrique Cardoso. Ao comentar o processo de privatização, Elena disse que a agência é "hoje o que mais prejudica" a Eletrobras.

"Não concordo absolutamente com essa posição de que a Aneel não está colaborando. Está fazendo seu papel de fiscalizar um fundo público. Agradar ou desagradar é uma decorrência desse trabalho", disse Rufino. Ele argumenta que, diferente do que muitos pensam, a companhia não é tratada pela agência como mais uma empresa do setor, pois a típica fiscalização do órgão recai apenas sobre as subsidiárias do grupo que efetivamente atuam nas áreas de geração, transmissão e distribuição.

Até entregar a gestão dos fundos setoriais à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), a Eletrobras era acompanhada somente por administrar os recursos do setor, o que também não acontecerá mais após executada as cobranças pendentes. Para Rufino, a Eletrobras jamais defendeu o interesse dos fundos que administrava, mas apenas benesses financeiras concedidas às empresas do grupo.

"Não estamos indiferentes à saúde, ao desempenho, à viabilidade da Eletrobras. Também estamos preocupados, mas isso não pode ser resolvido transferindo o ônus para o consumidor", disse Rufino. Para ele, a CCEE será capaz de gerir com mais isenção os recursos dos fundos setoriais sem que volte a haver conflito de interesse.

O diretor da Aneel explicou que está aberto a discutir tecnicamente a atuação da agência com especialistas renomados do setor. Mas, disse ele, não aceita ataque à credibilidade da autarquia que possam levar ao enfraquecimento institucional.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Fernando Torres | De São Paulo

Título: Matemática desafia queda na conta de luz

A privatização da Eletrobras pode ser boa para o governo, para as contas públicas, para os acionistas minoritários e para o mercado de capitais brasileiro com um todo. Mas a queda da conta de luz não deve estar entre as suas consequências, conforme aventou **o ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho**. Ao menos não no modelo que se desenha, com o governo sendo diluído após um multibilionário aumento de capital.

"Esperamos que, com a redução de custos e com os ganhos de eficiência no processo, a conta de luz fique mais barata no médio prazo", declarou o ministro em entrevista na terça-feira.

Mas há duas razões matemáticas que contrariam a previsão.

Uma delas é que toda a movimentação está sendo feita para que a Eletrobras deixe de vender a energia gerada em algumas usinas por R\$ 35 o MWh, valor que tem sido insuficiente para cobrir os custos. Se a ideia é que essa energia seja vendida por um preço maior, é difícil concluir que a conta de luz vai diminuir.

O outro motivo é que o governo diz esperar a injeção de algumas dezenas de bilhões de reais em capital privado na companhia. Fala-se de R\$ 20 bilhões ou até R\$ 30 bilhões. O dinheiro seria usado para pagar pelo direito de exploração da concessão de 14 usinas por 30 anos.

O investidor só colocará dinheiro nesse negócio se for para receber todo o dinheiro de volta mais a remuneração do capital. E esse retorno só pode ocorrer via tarifa cobrada dos consumidores.

Seria diferente se a privatização estivesse ocorrendo num modelo tradicional, com a venda de ações do governo para um ou mais investidores privados, sem mudança no modelo de concessão nem injeção de capital na largada. Haveria, então, apenas uma mudança de gestão, que provavelmente seria mais eficiente em mão privada.

No cenário real que está colocado, a conta de luz pode até ter no futuro um valor menor do que teria se um arranjo similar fosse feito, mas sem a desestatização da empresa. Mas para baixo a tarifa não vai. Ou não por isso.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Stella Fontes | De São Paulo

Título: Fibria antecipa em três semanas o início da produção de nova linha em Mato Grosso do Sul

Maior produtora mundial de celulose de eucalipto, a Fibria deu início ontem à operação da segunda linha da fábrica de Três Lagoas (MS), objeto do chamado Projeto Horizonte 2, com três semanas de antecedência em relação ao prazo previsto.

Com investimento de R\$ 7,5 bilhões, a nova linha tem capacidade para fazer 1,95 milhão de toneladas da matéria-prima por ano e geração excedente de

energia de 130 MW. Até o fim deste ano, a nova linha deve produzir entre 370 mil e 400 mil toneladas, das quais 300 mil toneladas destinadas ao mercado.

Com a expansão, a unidade de Três Lagoas passa a ter capacidade de 3,25 milhões de toneladas e entra para o ranking das maiores fábricas de celulose do mundo. No total, a Fibria eleva a 7,25 milhões de toneladas sua capacidade produtiva, volume que a consolida na liderança mundial do setor.

Em nota, o presidente da Fibria, destacou que a construção da linha foi concluída abaixo do orçamento original. "O que evidencia o comprometimento de toda a equipe em ganhar produtividade, reduzir custos e fazer sempre melhor." Ao longo de 27 meses de execução do projeto, foram gerados 40 mil empregos, considerando-se toda a cadeia produtiva.

A nova linha da Fibria entra em operação em um momento positivo para os preços da celulose. Há alguns dias, os produtores de fibra curta anunciaram mais um reajuste, de US\$ 30 por tonelada, válido para setembro nos três mercados mundiais de referência (Europa, América do Norte e Ásia).

Ao mesmo tempo, a companhia, que já havia indicado que poderia tirar volumes de maior custo de produção do mercado para evitar um impacto maior da capacidade adicional nos preços, vai ajustar a produção em Aracruz (ES).

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor:

Título: Curtas

Litígios da Petrobras

A Petrobras informou que o novo regime tributário do setor de óleo e gás, instituído a partir da medida provisória nº 795 e do decreto que renovou o Repetro (regime aduaneiro especial da indústria petrolífera), dá "maior segurança jurídica" ao setor. A estatal relatou, ontem, que possui disputas judiciais no montante de R\$ 68,3 bilhões, relativas a assuntos tributários relacionados à nova legislação. "A Petrobras entende que o novo modelo de tributação terá reflexos positivos para a indústria de óleo e gás, esclarecendo conceitos importantes, possibilitando redução de litígios e conferindo maior segurança jurídica e estabilidade, além de incentivo a novos investimentos", informou a empresa, em comunicado ao mercado.

Preço do minério cai 2%

O minério de ferro registrou queda ontem. Os preços do produto com teor médio de 62% de ferro entregue no porto de Qingdao caíram 2,3% e fecharam em US\$ 77,82 por tonelada, segundo o índice da "Metal Bulletin". Em agosto, a commodity já subiu 5,6% - a terceira alta mensal consecutiva, se confirmada até o fim do mês. Já no acumulado do ano, o insumo virou e passou a cair 1,3%.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Agronegócios

Autor: Camila Souza Ramos | De São Paulo

Título: Política da era Dilma leva usinas à Justiça

Dezenas de usinas sucroalcooleiras estão processando a União por supostas perdas provocadas pela política de controle de preços da gasolina no país praticada pela Petrobras entre 2011 e 2014, no governo de Dilma Rousseff. As usinas pedem ressarcimentos de valores que poderiam ter recebido pelas vendas de etanol caso o preço da gasolina tivesse, no período, mantido correlação com as cotações internacionais.

Levantamento do **Valor** identificou quase 30 ações tramitando no Tribunal Regional Federal da 1ª Região. Mas o número pode ser maior, já que algumas empresas podem ter optado por entrar com ações em TRFs de outras regiões. Os processos começaram a ser apresentados em 2016 e mais ações poderão ser movidas, conforme fontes do segmento.

Entre as empresas que movem as ações figuram desde algumas que estão em recuperação judicial, como Usina Nova União - que chegou a ter a falência decretada, mas está recorrendo -, grupo Farias, grupo Goianésia e Aralco, até líderes da área, como Raízen e São Martinho.

As usinas sustentam que, a partir do fim de 2010, a Petrobras, por determinação do governo federal, que estava preocupado com a inflação, deixou de repassar ao mercado doméstico a alta dos preços internacionais da gasolina. Até então, a estatal calculava o preço da gasolina vendida no país com base em uma média dos seis meses anteriores.

Como o Brasil se tornou importador líquido de gasolina, a prática gerou perdas à estatal. "Se a União faz algo em prejuízo da empresa controlada, contraria a Lei das S.A.s, que impede que o controlador se valha da empresa em benefício próprio", afirma Mário Costa, sócio do escritório Dias de Souza Advogados Associados, que entrou com ações em nome de mais de 20 usinas.

Como o etanol hidratado (usado diretamente nos tanques dos veículos) tem que custar nos postos no máximo 70% do valor cobrado pela gasolina para se

manter competitivo, já que sua eficiência energética é menor, a política pressionou as usinas, que alegam que em diversos períodos trabalharam com margens negativas e prejuízos. As ações em geral não estipulam valores de indenização, mas solicitam perícia técnico-econômica para esse cálculo.

Estudo de 2014 da Tendências Consultoria, usado na argumentação do escritório Dias de Souza avalia, em um dos cenários traçados, que as usinas poderiam ter recebido R\$ 21,4 bilhões a mais entre 2011 e 2013 caso a gasolina tivesse sido vendida sem defasagem e a relação entre seus preços e os do etanol tivesse se mantido a mesma. Outro cenário, de preços menores do etanol, calcula que o segmento deixou de receber R\$ 15,3 bilhões.

Em alguns processos, os juízes pediram perícia - é o caso da ação movida pela Abengoa Bioenergia. Mas na ação movida pelo Grupo São Luiz, a juíza federal auxiliar Cristiane Pederzoli Rentzsch julgou que a empresa deveria apresentar um valor, enquanto na ação da Usina Denusa, da JB Participações, a juíza federal Adverci Rates Mendes de Abreu dispensou a perícia e julgou que a apuração seria discutida em juízo.

Três empresas já fizeram perícia por conta própria e apresentaram, na ação, valores de indenização: Alcoolvale, Unialco e Aralco. As duas primeiras são representadas pelo escritório Brogin Crepaldi Sociedade de Advogados. Essas perícias chegaram a uma conta de R\$ 0,22 a R\$ 0,26 por litro de etanol vendido. Procurado, o escritório não comentou.

Por meio de sua assessoria de imprensa, a Advocacia-Geral da União (AGU) afirmou que, em resposta às ações, tem "levado argumentos quanto à inexistência de qualquer tipo de congelamento de preços por parte da Administração Direta (União) e de que a atividade de exploração de petróleo, em caráter de livre competição no mercado, é desempenhada por sociedade de economia mista com personalidade jurídica de direito privado - a Petrobras Brasileiro S/A". E disse que a "formação do preço dos derivados do petróleo sofreu processo de liberalização e desregulamentação legal, consoante a Lei nº 9.478/97, motivo pelo qual inexistente qualquer política pública formulada por ente da Administração Direta no sentido do controle de preços. Nesse sentido, não há qualquer nexo de causalidade entre a liberdade de iniciativa e de concorrência prevista em lei e a alegada ação coordenada de controle de preço".

Biosev e Odebrecht Agroindustrial, representadas pelo escritório Guedes Nunes, Oliveira e Roquim Sociedade de Advogados, já estão processando a Petrobras. Enquanto as demais usinas argumentam que a estatal foi vítima da intervenção do governo, as duas afirmam que o controle dos preços foi praticado por ela e

que, portanto, a empresa não pode ser vítima de um ato praticado por sua própria administração.

No processo de uma controlada do grupo Farias, o juiz federal substituto Frederico Botelho de Barros Viana julgou improcedente colocar a União como ré, por não haver "responsabilização de administradores sem rejeição de contas prévia". E em ação das usinas Cerradão, Uberaba e Caçu, o juiz federal Marcelo Rebello Pinheiro julgou que as proponentes deveriam processar a Petrobras por ser ela a responsável pela atividade econômica. Até o fechamento desta edição, a Petrobras não se manifestou. **(Colaborou Cristiano Zaia)**

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Agronegócios

Autor: Cristiano Zaia | De Brasília

Título: Importação de etanol terá cota até 2019

Em reunião extraordinária no Palácio do Planalto, a Câmara de Comércio Exterior (Camex) aprovou ontem o estabelecimento de uma cota de 600 milhões de litros por ano para as importações brasileiras de etanol, livre de impostos, até 2019. Como antecipou o **Valor PRO**, serviço de informações em tempo real do **Valor**, a partir de entrevista concedida pelo ministro da Agricultura, Blairo Maggi, o Brasil cobrará tarifa de 20% sobre o volume que superar esse teto. O governo deverá fazer um controle trimestral sobre as compras do biocombustível no exterior, e não haverá cotas por empresa - os importadores terão que obedecer a uma ordem de chegada.

A tributação sobre o etanol estrangeiro responde a uma demanda das usinas para frear o forte aumento das importações nos últimos meses. "Essa medida ajuda a reduzir a falta de isonomia entre as regras de comercialização do etanol nacional e do importado, reduz os impactos ambientais, uma vez que o etanol de cana tem um desempenho ambiental superior ao etanol importado de milho [produzido nos EUA] e contribui para manter os benefícios econômicos à toda a cadeia, que gera quase 1 milhão de empregos em 30% dos municípios brasileiros", disse, em nota, a União da Indústria de Cana-de-Açúcar (Unica). A entidade cobrou do governo, entretanto, "políticas públicas estruturantes com regras consistentes, claras e de longo prazo (...) que permitam um novo ciclo de investimentos" no segmento.

A proposta original do Ministério da Agricultura era manter o etanol na Lista de Exceções à TEC, mas elevando a tarifa de 0% para 17%. Essa alternativa, porém, despertou a resistência do Itamaraty, que temeu retaliação dos americanos. Depois a Pasta propôs cota de 500 milhões de litros. A Fazenda chegou a propor cota de 915 milhões de litros.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Agronegócios****Autor: Camila Souza Ramos****Título: De olho no passado**

As ações movidas atualmente guardam relação com uma série de casos que datam da década de 1980. Naquela época, muitas empresas do segmento processaram a União por causa da atuação do extinto Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA), que tinha como atribuição legal o controle dos preços dos dois produtos. O instituto, porém, praticou preços abaixo dos custos, segundo levantamento realizado pela Fundação Getulio Vargas. A maior parte das empresas venceu os processos, mas não recebeu indenização em dinheiro. Algumas foram contempladas com créditos tributários e outras com precatórios. Mas esses casos ainda não estão completamente resolvidos. O Supremo Tribunal Federal (STF) ainda deverá julgar um caso de repercussão geral que servirá de base para as indenizações.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Finanças****Autor: Silvia Rosa | De São Paulo****Título: Privatização da Eletrobras pode destravar IPO da BR**

A privatização da Eletrobras pode contribuir para destravar a Oferta Pública Inicial (IPO) da BR Distribuidora. A dívida da estatal de energia com a Petrobras, que passa de R\$ 16 bilhões, é considerado um dos empecilhos para a oferta da distribuidora, já que parte dos recebíveis cabe à BR.

Para o gestor de renda variável da Mauá Capital, Renato Ometto, a privatização da estatal de energia poderia viabilizar uma solução para essa dívida e tornar mais transparente os contratos sobre o fornecimento de combustível para as usinas da região Norte, deixando o caminho livre para a oferta de ações da BR Distribuidora.

A dívida da Eletrobras com a Petrobras ocorre em função do não pagamento pelo combustível fornecido para usinas térmicas na região Norte do país. No primeiro trimestre, a Petrobras tinha R\$ 9,8 bilhões em contas a receber das empresas do grupo Eletrobras, dos quais R\$ 8,2 bilhões eram referentes à Eletrobras Amazonas.

Segundo Ometto, com a Eletrobras sendo vendida e se tornando uma empresa mais eficiente poderia resolver o impasse com a Agência Nacional de Energia

Elétrica (Aneel), que hoje não autoriza o repasse de recursos para a Petrobras e para a BR Distribuidora.

Uma das alternativas para a Eletrobras levantar recursos seria a venda de subsidiárias que hoje são deficitárias. Em entrevista ao **Valor**, Elena Landau, ex-presidente do conselho da estatal, disse que a Eletrobras estava com acordo acertado com a Petrobras, mas os termos foram barrados pela Aneel.

Para Ometto, o setor elétrico deve apresentar grandes oportunidades de investimento na bolsa nos próximos meses. "Vai ter privatização, venda de ativo, otimização de balanço", disse o gestor.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Finanças

Autor: Fernando Torres e Claudia Schüffner | De São Paulo e do Rio

Título: Dono do banco Clássico chega a ganhar R\$ 1 bi com elétricas

José João Abdalla Filho, conhecido Juca Abdalla, dono do banco Clássico, viu seu patrimônio aumentar em quase R\$ 1 bilhão com a valorização de 50% das ações ordinárias da Eletrobras na terça-feira, diante do anúncio da ideia do governo de deixar investidores privados assumirem o controle da companhia. Com a queda de 11,8% das ações ontem, o ganho caiu a R\$ 613 milhões.

Com parte da fortuna herdada do pai, o antigo industrial e político paulista J.J. Abdalla, o banqueiro é o maior minoritário da ainda estatal, com 12,5% do capital votante, possuindo ações por meio do banco e também via fundo Dinâmica Energia. A participação acionária relevante, que não é de hoje, permitiu a indicação de José Pais Rangel, executivo do Clássico, como representante de minoritários no conselho de administração da companhia. O **Valor** tentou contato com Rangel, mas ele não retornou as ligações.

O investimento de Juca Abdalla em ações da Eletrobras valia R\$ 2,5 bilhões ontem. Além da estatal de energia, ele tem participações relevantes na Engie, antiga Tractebel (10% do capital), Ceg Rio (8,84%), entre outras participações. O empresário também investe em Cemig, Eneva e Equatorial.

Apesar da inexpressiva visibilidade do Clássico, seu proprietário ficou conhecido por causa das disputas judiciais envolvendo um terreno de 717 mil metros quadrados desapropriado em 1989 pelo então governador de São Paulo, Orestes Quécia. Hoje, está instalado na área o Parque Villa-Lobos. A Justiça decidiu que José João Abdalla Filho tinha direito a 70% do imóvel e Antônio João Abdalla Filho, a 30%. A indenização foi fixada em R\$ 1,7 bilhão em valores da

época. A indenização foi dividida em dez parcelas anuais, com valor atualizado de R\$ 250 milhões cada.

Juca Abdalla é frequentador assíduo do Country Club do Rio, em Ipanema, um reduto da velha elite carioca, e é apaixonado pelos desfiles das escolas de samba.

O pai do empresário era uma figura polêmica. Foi deputado federal entre 1946 e 1948 (governo Dutra), quando comprou a companhia de cimento Portland de um grupo canadense. Depois da Portland, expandiu seu grupo para outros ramos da indústria, agronegócio e setor imobiliário.

O empresário respondeu a mais de 500 processos na Justiça, chegou a ser preso várias vezes e teve parte de seus bens confiscados pelo presidente Ernesto Geisel para saldar dívidas com os poderes públicos, segundo o Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. Ele não pagava impostos.

Entre os acionistas que se beneficiaram com alta dos papéis da Eletrobras nesta semana também está a gestora 3G Radar, que divulgou no passado um relatório dizendo que a Eletrobras destruiu R\$ 228 bilhões em 15 anos com decisões equivocadas de investimento (considerando o resultado efetivo e custo de oportunidade). A 3G Radar viu sua participação (restrita a ações PN) se valorizar R\$ 78 milhões na terça, mas o ganho diminuiu para R\$ 49 milhões.

O banco americano J.P. Morgan também consta na lista de minoritários relevantes da Eletrobras, mas por conta do seu papel como agente depositário dos recibos de ações (ADRs) da companhia negociados em Nova York.

Dona de 63% do capital total da Eletrobras, a União foi a maior beneficiada com a alta das ações, com um ganho de quase R\$ 3,8 bilhões. O valor da fatia acionária direta subiu R\$ 2,5 bilhões, para R\$ 10,3 bilhões. Já as ações do BNDES e fundos governamentais subiram R\$ 1,3 bilhões, para R\$ 5,7 bilhões.

MME / ASCOM .